Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas Em 31 de dezembro de 2017 e 2016 (em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

# 1. Contexto operacional

A Unipar Carbocloro S.A. ("Unipar" ou "Companhia") é uma sociedade anônima de capital aberto, com sede na cidade de São Paulo – SP. As ações da Companhia são negociadas na Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros ("BM&F Bovespa").

A Unipar tem como atividades preponderantes a fabricação de cloro, derivados de cloro e soda cáustica.

A Unipar é controlada pela Vila Velha S.A. Administração e Participações ("Vila Velha"). Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, a Vila Velha possuía 19,11% do capital total da Unipar e 57,30% de suas ações ordinárias.

Em 22 de agosto de 2016, a Vila Velha informou a Unipar, inclusive para fins de divulgação ao mercado que, com o objetivo de ver implementada uma reestruturação administrativa e financeira na Unipar, instituiu usufruto sobre 51% das suas ações ordinárias da Companhia, relativamente ao direito de voto, em favor da Estáter Assessoria Financeira ("Estáter"), com quem firmou Acordo de Acionistas, nos termos do qual (i) Estáter elegeria a maioria dos administradores, inclusive o Presidente do Conselho de Administração e (ii) determinadas matérias extraordinárias, como reorganizações societárias e alterações estatutárias, estariam sujeitas a deliberação em reunião prévia.

A Estáter permaneceria na gestão por um prazo inicial até 31 de dezembro de 2017, prorrogável para 30 de junho de 2022, caso fosse concluída, com sucesso, a oferta pública de aquisição das ações – OPA de emissão da Companhia em circulação no mercado, com o objetivo de cancelar o seu registro de companhia aberta.

No leilão realizado em 23 de agosto de 2017 no âmbito da oferta publica de aquisição de ações de emissão da Companhia, a Vila Velha (controladora ofertante da OPA) não obteve êxito não sendo adquirida qualquer ação no referido leilão. Em função disso, a Unipar permanecerá registrada na CVM como Companhia aberta e o acordo de gestão entre a Vila Velha e a Estáter teve o seu término antecipado para 1 de novembro de 2017.

## Aquisição da Solvay Indupa S.A.I.C.

Em 27 de dezembro de 2016 a Unipar concluiu a aquisição e se tornou proprietária de 292.459.492 ações representativas de 70,59% do capital social votante e total da Solvay Indupa S.A.I.C., atualmente Unipar Indupa S.A.I.C ("Indupa Argentina"), empresa argentina produtora de PVC e soda, após a implementação das condições precedentes previstas no contrato de compra e venda de ações celebrado com a Solvay Argentina S.A. em 2 de maio de 2016 ("Contrato") e aprovação sem restrições pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica ("CADE") em 7 de dezembro de 2016.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas Em 31 de dezembro de 2017 e 2016 (em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Conforme estabelecido na legislação argentina, a Unipar lançou oferta pública para a aquisição de até a totalidade das demais ações representativas do capital da Solvay Indupa S.A.I.C. em circulação aprovada pela Comisión Nacional de Valores ("CNV"), iniciada em 23 de janeiro de 2017 e finalizada em 24 de fevereiro de 2017, com adesão à oferta de um total de 71.163.251 ações ordinárias representativas de 17,17% do capital, pago aos acionistas da controlada em 7 de março de 2017, ao preço de AR\$ 3,47 (pesos argentinos) por ação. Os efeitos dessa aquisição adicional estão apresentados na nota explicativa 12.

Em sua operação na Argentina, a Solvay Indupa S.A.I.C. possui uma planta localizada na cidade de Bahía Blanca com capacidade instalada para produção de 220 mil toneladas de PVC e 160 mil toneladas de soda. A empresa também é detentora de 58% do capital social total da Solalbán Energía S.A., empresa argentina que possui ativos de geração de energia em seu próprio país. Adicionalmente, a Indupa Argentina também detém ações representativas de 99,99% do capital social votante e total da Solvay Indupa do Brasil S.A, atualmente Unipar Indupa do Brasil S.A. ("Indupa Brasil"), proprietária de uma planta localizada na cidade de Santo André – SP, com capacidade de produção de 290 mil toneladas de PVC e 150 mil toneladas de soda.

Para a Unipar, a aquisição tem por objetivo fortalecer sua posição na fabricação de cloro, soda e outros produtos químicos derivados, além de integrar ao seu portfólio o negócio de Vinílicos (PVC), no Brasil e na Argentina.

#### Outros investimentos

Adicionalmente a Unipar possuía participação societária direta de 17,78% na Tecsis Tecnologia e Sistemas Avançados S.A. ("Tecsis" ou "Coligada"), fabricante de pás para geradores de energia eólica.

Em 27 de julho de 2017 o Conselho de Administração da Unipar aprovou o desinvestimento da totalidade da participação acionária detida pela Companhia na Tecsis, com desembolso de caixa pela Companhia no valor de até R\$ 110.000 baseado no passivo à descoberto da Tecsis e na proporção de participação da Companhia em 31 de março de 2017.

Dando sequencia ao processo de desinvestimento, em 28 de agosto de 2017, a Unipar celebrou contrato de compra e venda de ações e debêntures o qual estabeleceu as condições de desinvestimento da totalidade de sua participação no capital social da Tecsis à GI Eólica Participações Ltda. ("Eólica"), controladora da Estáter Gestão de Investimentos Ltda., conforme segue:

- i) Subscrição e integralização de 36.666.667 ações no valor R\$ 55.000 e alienação por R\$ 1,00 (um real);e
- ii) Subscrição e integralização de debêntures conversíveis em ações no valor total R\$ 55.000 e posterior alienação por R\$ 1,00. A integralização total e a correspondente alienação dessas debêntures ocorreu em 2 de outubro de 2017.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas Em 31 de dezembro de 2017 e 2016 (em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

## 2. Base de preparação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Estas práticas que compreendem as disposições previstas na Lei nº 6.404/76, e suas alterações posteriores, os pronunciamentos contábeis, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), aprovados pela CVM, as normas internacionais de relatório financeiro ("IFRS"), emitidas pelo Internacional Accounting Standars Board ("IASB") e normas emitidas pela CVM. Em função da aquisição da controlada Indupa Argentina, a Companhia apresentou pela primeira vez em 31 de dezembro de 2016, demonstrações financeiras consolidadas. As demonstrações contábeis individuais da Unipar estão identificadas como "Controladora" e as demonstrações contábeis consolidadas estão identificadas como "Consolidado".

Na consolidação das demonstrações financeiras da controlada Indupa Argentina, adquirida em 27 de dezembro de 2016, a Administração optou por utilizar as demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2016 por considerar imaterial o efeito de receitas e resultados da controlada adquirida entre a data original da aquisição e o final do exercício findo em 31 de dezembro de 2016, motivo pelo qual os resultados consolidados de 2016 representam apenas o resultado da Controladora.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem as utilizadas pela Administração em sua gestão das atividades da Companhia.

A Administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente e está convencida de que ela possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade operacional dos negócios da Companhia.

#### 2.1. Conversão de moeda estrangeira

## Moeda funcional e moeda de apresentação

A moeda funcional de uma entidade é a moeda do ambiente econômico primário em que ela opera. Essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas são apresentadas em reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras são apresentadas em milhares de reais, exceto quando disposto o contrário.

As transações em moeda estrangeira da Companhia são convertidas para reais utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas Em 31 de dezembro de 2017 e 2016 (em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Os saldos das contas de balanço da Companhia são convertidos pela taxa de câmbio vigente nas datas dos balanços. Os ganhos e as perdas de variação cambial resultantes da liquidação dessas transações e da conversão de ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são reconhecidos no resultado financeiro do período, nas rubricas "Receitas financeiras" ou "Despesas financeiras".

#### Conversão das demonstrações financeiras da Indupa Argentina

As demonstrações financeiras da Indupa Argentina, incluídas na consolidação foram elaboradas em pesos argentinos, que é sua moeda funcional e foram convertidas para reais conforme a seguir:

- Os saldos ativos e passivos foram convertidos à taxa de câmbio em 31 de dezembro de 2017 e 2016;
- As contas de resultado foram convertidas pela taxa de câmbio médio em base trimestral;

## 2.2. Classificação de ativos e passivos segundo o grau de liquidez e exigibilidade

Ativos e passivos são classificados como circulantes quando for provável que sua realização ou liquidação ocorrerá nos próximos 12 meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes. A única exceção a este procedimento está relacionada aos saldos de imposto de renda e contribuição social diferidos, ativos e passivos, que devem sempre ser classificados como não circulante, de acordo com o estabelecido no parágrafo 56 do pronunciamento técnico CPC 26 (R1) - Apresentação das Demonstrações Contábeis.

#### 2.3. Uso de estimativas

A preparação de demonstrações financeiras individuais e consolidadas requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação de suas políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na nota explicativa 3.

#### 2.4. Demonstrações financeiras reapresentadas

Após a emissão das demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, que foram publicadas em 29 de março de 2016, a Companhia, em processo de mensuração dos ativos identificáveis adquiridos e os passivos assumidos pelos respectivos valores justos, de acordo com o CPC 15 (R1) - Combinação de Negócios, na aquisição da Solvay Indupa S.A.I.C ocorrida em 27 de dezembro de 2016, concluiu sobre a necessidade de efetuar um ajuste no montante de R\$ 385.287, decorrente da identificação da mais valia de ativo imobilizado da Companhia adquirida com consequente reflexo na apuração do ganho por

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas Em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

compra vantajosa, na apuração de imposto de renda e contribuição social e do lucro líquido e na destinação de resultados. Adicionalmente, apresentou reclassificação entre contas do passivo.

#### 2.5. Taxas de câmbio

As taxas de câmbio em Reais em vigor na data base destas demonstrações financeiras são as seguintes:

	31 de dezembro	31 de dezembro		
Taxa final	de 2017	de 2016		
Peso argentino	5,63	4,87		
Taxa média trimestral	4T17	3T17	2T17	1T17
Peso argentino	5,40	5,47	4,90	4,99

## 2.6. Aprovação das demonstrações financeiras

A emissão destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas foi autorizada pelo Conselho de Administração da Companhia em 14 de março de 2018.

## 3. Resumo das principais práticas contábeis

As principais práticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão a seguir definidas. Essas práticas vêm sendo aplicadas de forma consistente em todos os exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

#### 3.1. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários à vista e investimentos de curto prazo de alta liquidez. Tais ativos são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. Esses recursos são utilizados para o cumprimento das obrigações de curto prazo da Companhia e suas controladas.

#### 3.2. Ativos financeiros

#### 3.2.1. Classificação e mensuração

A Companhia classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias:

- a) Mensurados ao valor justo por meio do resultado;
- b) Mantidos até o vencimento; e
- c) Empréstimos e recebíveis.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas Em 31 de dezembro de 2017 e 2016 (em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos.

As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação - data na qual a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo. Em adição a esse valor são acrescidos os custos da transação, exceto para aqueles ativos financeiros classificados como mantidos para negociação. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham vencido ou tenham sido transferidos, significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade desses ativos.

#### a) Valor justo por meio do resultado

São instrumentos mantidos para negociação ativa e frequente. Os derivativos quando utilizados pela Companhia, mesmo tendo a finalidade de proteção aos riscos corporativos, também são classificados nesta categoria, pois não satisfazem os critérios para o *hedge accounting*. Os ativos dessa categoria são registrados pelo valor justo, sendo os ganhos ou as perdas decorrentes de variações em seu valor apresentados na demonstração do resultado em "Resultado financeiro".

#### b) Mantidos até o vencimento

São ativos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis, com vencimentos definidos e para os quais a entidade tenha intenção positiva e capacidade de manter até o vencimento. Após seu reconhecimento inicial, os investimentos mantidos até o vencimento são avaliados ao custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva, menos perdas por redução ao valor recuperável. O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer desconto ou prêmio sobre a aquisição e taxas ou custos incorridos. A apropriação dos juros efetivos é incluída na demonstração de resultado, na rubrica "Resultado financeiro".

#### c) Empréstimos e recebíveis

Incluem-se nesta categoria ativos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis, e que não são cotados em um mercado ativo. Os empréstimos e recebíveis da Companhia compreendem, principalmente, contas a receber de clientes e demais contas a receber.

Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa de juros efetiva. A apropriação dos juros efetivos é incluída na demonstração de resultado, na rubrica "Resultado financeiro".

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas Em 31 de dezembro de 2017 e 2016 (em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

#### 3.2.2. Valor justo

Os valores justos dos investimentos com cotação pública são baseados nos preços de compra da data-base das demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Para os ativos financeiros sem mercado ativo ou cotação pública, a Companhia estabelece o valor justo através de técnicas de avaliação. Essas técnicas incluem o uso de operações recentes contratadas com terceiros, a referência a outros instrumentos que são substancialmente similares e a análise de fluxos de caixa descontados. As técnicas de avaliação fazem o maior uso possível de informações geradas pelo mercado e contam o mínimo possível com informações geradas pela Administração da Unipar.

#### 3.2.3. Impairment de ativos financeiros

Para todos os ativos financeiros mensurados ao custo amortizado e empréstimos e recebíveis, a Companhia avalia, na data do balanço, se há evidência objetiva de que um ativo ou um grupo de ativos financeiros está registrado por valor acima de seu valor recuperável (impairment). Uma provisão para impairment é reconhecida na ocorrência de um ou mais eventos, após o reconhecimento inicial dos ativos, que possam afetar negativamente seus fluxos de caixa futuros estimados. O efeito negativo nesses fluxos de caixa deve ser estimado de maneira confiável.

Os principais indicadores usados pela Companhia para determinar se há evidência objetiva de uma perda por *impairment* incluem:

- Dificuldade financeira relevante do emissor ou devedor;
- Quebra de contrato, como inadimplência ou mora no pagamento dos juros ou principal;
- Torna-se provável que o tomador declare falência ou outra reorganização financeira que afete negativamente os fluxos de caixa esperados para o ativo; e
- Desaparecimento de um mercado ativo para aquele ativo financeiro devido às dificuldades financeiras.

O montante da perda por *impairment* é mensurado como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente de seus fluxos de caixa futuros estimados. Na determinação destes fluxos de caixa, excluem-se os prejuízos de crédito futuro ainda não incorridos e é utilizada a taxa de desconto original dos ativos financeiros. No caso de empréstimos e recebíveis, a provisão para *impairment*, também chamada de provisão para créditos de liquidação duvidosa, é registrada quando existe uma evidência objetiva de que a Companhia não será capaz de arrecadar todos os valores devidos na transação.

Se, em um período subsequente, uma melhoria nos indicadores apontar para a diminuição ou mesmo eliminação da perda por *impairment*, a reversão dessa perda registrada anteriormente é reconhecida na demonstração do resultado.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas Em 31 de dezembro de 2017 e 2016 (em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

#### 3.2.4. Desreconhecimento (baixa)

Um ativo financeiro é baixado quando:

- Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem; ou
- A Companhia transferir os seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumir uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, sem demora significativa, a um terceiro por força de um acordo de "repasse".

## 3.3. Estoques

São registrados ao custo médio de aquisição ou produção, que não supera os valores de mercado ou valor líquido de realização. O custo desses estoques é reconhecido no resultado quando da venda, utilização na operação ou por ajuste a valores de mercado.

## 3.4. Tributos a recuperar

São registrados ao custo histórico e, se aplicável, corrigidos conforme a legislação vigente.

#### 3.5. Depósitos judiciais

São registrados ao custo histórico e, se aplicável, corrigidos monetariamente conforme a legislação vigente.

Os depósitos judiciais feitos para garantir disputas nas quais a Companhia encontra-se no polo passivo e cuja probabilidade de perda da causa é provável encontram-se apresentados no grupo de provisões para demandas judiciais, como contas redutoras dos passivos constituídos. Os demais depósitos encontram-se classificados no ativo da Companhia

## 3.6. Combinações de negócios

São contabilizadas utilizando-se o método de aquisição. Compõem o custo de aquisição, o valor da contraprestação transferida, avaliada a valor justo, na data de aquisição e o valor de qualquer participação de não controladores nos ativos líquidos na adquirida. Para cada combinação de negócio, a Companhia avalia a participação de não controladores a valor justo ou com base na sua participação nos ativos líquidos identificados na adquirida. Custos diretamente atribuíveis à aquisição são contabilizados como despesa, quando incorridos.

Nas combinações de negócios, a Companhia avalia os ativos e passivos financeiros assumidos com o objetivo de classificá-los e alocá-los de acordo com os termos contratuais, as circunstâncias econômicas e as condições pertinentes na data de aquisição.

Em toda a combinação de negócios, é feita a comparação de saldos entre a contraprestação transferida e o valor dos ativos identificáveis adquiridos, líquidos dos passivos assumidos. Se a

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas Em 31 de dezembro de 2017 e 2016 (em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

contraprestação for menor do que o valor justo do acervo líquido adquirido, a diferença deverá ser reconhecida como ganho na demonstração do resultado. Se for maior, o saldo deve ser reconhecido como ágio.

## 3.7. Ativos intangíveis de vida útil definida

Os principais ativos classificados nesta categoria referem-se aos softwares e representam os gastos diretamente associados ao seu desenvolvimento e são amortizados usando-se o método linear, ao longo de suas vidas úteis. Os gastos associados à manutenção de softwares são reconhecidos como despesas na medida em que são incorridos.

#### 3.8. Imobilizado

O imobilizado é mensurado pelo seu custo de aquisição e/ou construção, deduzido da depreciação acumulada que é calculada pelo método linear durante a vida útil do ativo. Os custos de aquisição/construção incluem gastos diretamente atribuíveis para colocar o ativo no local e condição necessários para seu uso. O custo histórico também inclui os custos de financiamento relacionados com a aquisição de ativos qualificáveis, de acordo com o CPC 20 (R1) - Custo de Empréstimos.

## 3.9. Impairment de ativos não financeiros

Os ativos que têm uma vida útil indefinida, como o ágio, não estão sujeitos à amortização. Tais ativos são testados anualmente para verificar se há evidências de perdas não recuperáveis (impairment) de seu valor. Para os ativos que estão sujeitos à amortização, o teste de impairment é feito sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável.

O teste de *impairment* compara o valor contábil do ativo com seu valor recuperável. Este último é definido como o maior montante entre preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo.

Quando o valor recuperável de um ativo é menor do que seu valor contábil, é constituída provisão para perdas, em contrapartida ao resultado do exercício. No caso do ágio, qualquer provisão para perdas constituída é irreversível. Para os demais ativos não financeiros, caso os testes indiquem que a provisão para *impairment* não é mais necessária, essa provisão pode ser revertida.

#### 3.10. Passivos financeiros

## 3.10.1. Classificação

A Companhia classifica seus passivos financeiros sob as seguintes categorias:

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas Em 31 de dezembro de 2017 e 2016 (em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- a) Mensurados ao valor justo por meio do resultado (para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento inicial);
- b) Empréstimos e financiamentos.
- a) Valor justo por meio do resultado

Passivos financeiros são classificados como mantidos para negociação quando forem adquiridos com o objetivo de recompra no curto prazo. Essa categoria inclui instrumentos financeiros derivativos contratados pela Companhia que não satisfazem os critérios de contabilização de *hedge* definidos pelo CPC 38 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração.

Ganhos e perdas de passivos para negociação são reconhecidos na demonstração do resultado. A Companhia não apresentou nenhum passivo financeiro a valor justo por meio do resultado.

#### b) Empréstimos e financiamentos

Após reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos.

#### 3.10.2. Desreconhecimento (baixa)

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, substituída, cancelada, alterada ou expirar.

#### 3.11. Provisões

As provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente, formalizada ou não, resultante de eventos passados, e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar esta obrigação. Além dos pré-requisitos já citados, uma provisão deve ser constituída somente quando uma estimativa confiável do valor da saída de recursos puder ser preparada.

As provisões são registradas pelo valor presente dos gastos necessários para liquidar a obrigação, usando taxa de desconto antes dos efeitos de impostos sobre a renda, a qual reflete as avaliações atuais do mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas Em 31 de dezembro de 2017 e 2016 (em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

#### 3.12. Benefícios aos empregados

#### 3.12.1. Obrigações de aposentadoria

A Companhia opera planos de pensão nas modalidades de benefício definido e, também, de contribuição definida.

Um plano de contribuição definida é um plano de pensão segundo o qual a Companhia faz contribuições fixas a uma entidade separada. A Companhia não tem obrigações legais nem construtivas de fazer contribuições adicionais se o fundo não tiver ativos suficientes para pagar eventuais benefícios futuros esperados pelos empregados. As contribuições são reconhecidas como despesa de benefícios a empregados, quando devidas.

Um plano de benefício definido é um plano de pensão que estabelece um valor de benefício que um empregado receberá em sua aposentadoria, normalmente dependente de um ou mais fatores, como idade, tempo de serviço e remuneração.

O passivo reconhecido no balanço patrimonial com relação aos planos de pensão de benefício definido é o valor presente da obrigação de benefício definido na data do balanço, menos o valor justo dos ativos do plano, ajustados por ganhos ou perdas atuariais e custos de serviços passados. A obrigação de benefício definido é calculada anualmente por atuários independentes, usando o método de crédito unitário projetado.

O valor presente da obrigação de benefício definido é determinado mediante o desconto das saídas futuras estimadas de caixa, usando taxas de juros condizentes com os rendimentos de mercado, as quais são denominadas na moeda em que os benefícios serão pagos e que tenham prazos de vencimento próximos daqueles da respectiva obrigação do plano de pensão. Os ganhos e as perdas decorrentes de mudanças nas premissas atuariais são reconhecidos de forma imediata em "Outros resultados abrangentes".

#### 3.12.2. Assistência médica pós-aposentadoria

A Companhia oferece a seus funcionários um benefício de plano de saúde pós-aposentadoria. O benefício é concedido quando, de forma cumulativa: (i) o funcionário tenha seu contrato de trabalho rescindido; e (ii) já esteja aposentado pela previdência oficial.

Os custos esperados desses benefícios são acumulados durante o período de emprego, usando a mesma metodologia contábil utilizada para os planos de pensão de benefício definido. Essas obrigações são avaliadas anualmente por atuários independentes. Os ganhos e as perdas decorrentes de mudanças nas premissas atuariais são reconhecidos de forma imediata em "Outros resultados abrangentes".

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas Em 31 de dezembro de 2017 e 2016 (em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

#### 3.12.3. Participação nos lucros

A Companhia provisiona o valor estimado da participação de empregados nos lucros, em contrapartida ao resultado do exercício. O cálculo da provisão leva em consideração as metas divulgadas aos colaboradores e os resultados atingidos pela Unipar.

#### 3.13. Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos

São reconhecidos na demonstração do resultado, exceto quando estiverem relacionados a itens reconhecidos diretamente no resultado abrangente ou no patrimônio líquido, quando também são reconhecidos nestas rubricas.

#### 3.13.1. Saldos correntes

O imposto de renda e contribuição social correntes são registrados com base no lucro tributável, de acordo com a legislação e alíquotas vigentes.

#### 3.13.2. Saldos diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos sobre (i) os prejuízos fiscais e bases negativas acumulados e (ii) as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis e determinados de acordo com a legislação e alíquotas vigentes.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos são reconhecidos somente na extensão em que as projeções anualmente preparadas pela Companhia, examinadas pelo Conselho Fiscal e aprovadas pelos órgãos da Administração, indiquem que seja provável a realização futura de tais créditos fiscais.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos e passivos são apresentados no balanço de forma líquida nas demonstrações individuais da Controladora e suas controladas incluídas na consolidação.

#### 3.14. Reconhecimento da receita

A receita de vendas compreende o valor justo da contraprestação recebida (ou a receber) pela comercialização de produtos no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos.

A Companhia reconhece a receita quando: (i) os valores das receitas e dos custos podem ser mensurados com segurança; (ii) é provável que benefícios econômicos futuros fluirão; e (iii) os riscos e benefícios associados a transação são substancialmente transferidos ao comprador.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas Em 31 de dezembro de 2017 e 2016 (em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

#### 3.15. Distribuição de dividendos

A distribuição de dividendos para os acionistas é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras ao final do exercício, com base no estatuto social da Companhia. Qualquer valor acima do dividendo mínimo obrigatório somente é provisionado na data de sua aprovação, em Assembleia Geral de Acionistas, ou na data de seu pagamento, se for anterior.

## 3.16. Demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nas demonstrações financeiras individuais, os investimentos em coligadas e controladas são contabilizados pelo método de equivalência patrimonial. O valor contábil desses investimentos inclui o desdobramento dos custos de aquisição em valor patrimonial, ágio e deságio.

Nas demonstrações financeiras consolidadas as controladas são integralmente consolidadas e a participação de não controladores é apresentada nas demonstrações contábeis consolidadas como parte integrante do patrimônio líquido, assim como são destacados os resultados atribuíveis aos mesmos na demonstração de resultado. Em 2015 não havia demonstrações financeiras consolidadas, uma vez que a controlada Solvay foi adquirida apenas durante o exercício de 2016. Vide nota explicativa 1.

A Companhia controla uma entidade quando está exposta ou tem direito a retorno variáveis decorrentes de seu envolvimento com a entidade e tem capacidade de interferir nesses retornos devido ao poder que exerce sobre a entidade. As controladas são consolidadas a partir da data em que controle foi obtido.

Quando necessário, as demonstrações contábeis de suas controladas são ajustadas para adequar suas políticas contábeis àquelas estabelecidas pela Companhia. Todas as transações, saldos não realizados em transações entre empresas do grupo são eliminados.

#### 3.17. Pronunciamentos emitidos mas que não estavam em vigor em 31 de dezembro de 2017

As normas e interpretações emitidas, mas ainda não adotadas até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia são a seguir apresentadas. A Companhia pretende adotar essas normas, se aplicável, quando entrarem em vigência.

IFRS 9 - Instrumentos Financeiros (vigência a partir de 01/01/2018) - tem o objetivo, em última instância, de substituir a IAS 39. As principais mudanças previstas são: (i) todos os ativos financeiros devem ser, inicialmente, reconhecidos pelo seu valor justo; (ii) a norma divide todos os ativos financeiros em: custo amortizado e valor justo; e (iii) o conceito de derivativos embutidos foi extinto.

<u>IFRS 15 - Receitas de Contratos com Clientes (vigência a partir de 01/01/2018)</u> - o principal objetivo é fornecer princípios claros para o reconhecimento de receita e simplificar o processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas Em 31 de dezembro de 2017 e 2016 (em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

<u>IFRS 16 – Contratos de arrendamento (vigência a partir de 01/01/2019)</u> – Substitui os requisitos contábeis de arrendamento mercantil existentes e representam uma alteração significativa na contabilização e divulgação de arrendamentos que anteriormente eram classificados como arrendamentos operacionais, como mais ativos e passivos a serem reportados no balanço patrimonial e um reconhecimento diferente dos custos de arrendamento.

Alterações à IAS 7 - Iniciativa de divulgação (01/01/2017) - as alterações à IAS 7 Demonstração de fluxos de caixa fazem parte da iniciativa de divulgação do IASB e exigem que uma entidade forneça divulgações que permitam aos usuários das demonstrações financeiras avaliar as mudanças nos passivos decorrentes de atividades de financiamento, incluindo tanto as mudanças provenientes de fluxos de caixa como mudanças que não afetam o caixa. Na adoção inicial da alteração, as entidades não são obrigadas a fornecer informações comparativas relativamente a períodos anteriores.

Alterações à IAS 12 — (01/01/2017) - as alterações esclarecem que uma entidade deve considerar se a legislação fiscal restringe as fontes de lucros tributáveis contra as quais ela poderá fazer deduções sobre a reversão dessa diferença temporária dedutível. Além disso, as alterações fornecem orientações sobre a forma como uma entidade deve determinar lucros tributáveis futuros e explicam as circunstâncias em que o lucro tributável pode incluir a recuperação de alguns ativos por valores maiores do que seu valor contábil. Essas alterações devem ser aplicadas retrospectivamente. Contudo, na adoção inicial das alterações, a mudança no patrimônio líquido inicial do período comparativo mais antigo pode ser reconhecida nos lucros acumulados iniciais (ou em outro componente do patrimônio líquido, conforme o caso), sem alocação da mudança entre os lucros acumulados iniciais e outros componentes do patrimônio líquido. As entidades que adotarem essa isenção devem divulgar tal fato. A expectativa é que não ocorra nenhum impacto sobre a Companhia como resultado dessas alterações.

A Companhia pretende adotar tais normas quando estas entrarem em vigor divulgando e reconhecendo os impactos nas informações contábeis que possam ocorrer quando da aplicação de tais adoções.

A Administração revisou o impacto decorrente dos novos pronunciamentos, em particular do IFRS 9 e o IFRS 15 e não espera que esses tenham efeito relevante a partir de sua adoção.

Não existem outras normas e interpretações emitidas e ainda não adotadas que possam, na opinião da Administração, ter impacto significativo no resultado ou no patrimônio líquido divulgado pela Companhia.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas Em 31 de dezembro de 2017 e 2016 (em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

# 4. Combinação de negócios

#### Aquisição da Solvay Indupa S.A.I.C

Em 27 de dezembro de 2016 a Unipar concluiu a aquisição de 70,59% do capital social votante e total da Solvay Indupa S.A.I.C. Para contabilização da combinação de negócios, a Companhia optou por aplicar o método de aquisição previsto no CPC 15 (R1) que estabelece que a adquirente identifique o valor justo dos ativos adquiridos e passivos assumidos à data de aquisição.

Na data da aquisição a Companhia mensurou os seguintes ativos identificáveis adquiridos e os passivos assumidos pelos respectivos valores justos, bem como a participação de não controladores na adquirida pela participação proporcional atual nos montantes reconhecidos dos ativos líquidos identificáveis:

Ativo	
Caixa e equivalentes de caixa	185.514
Contas a receber de clientes	287.642
Impostos a recuperar	45.400
Estoques	195.865
Impostos diferidos	11.586
Outros ativos circulantes e não circulantes	40.120
Investimentos	25.354
Imobilizado	1.021.678
Intangível	9.172
	1.822.331
Passivo	
Fornecedores	(239.744)
Empréstimos	(571.344)
Salários, encargos sociais e benefícios aos empregados	(99.845)
Energia Elétrica	(83.694)
Provisão ambiental	(60.134)
Demandas judiciais	(19.724)
IR e CSLL e outros impostos a pagar	(33.089)
Outros passivos circulantes	(19.719)
	(1.127.293)
Ativos e passivos líquidos a valor justo	695.038
Participação de não controladores ajuste de aquisição	(204.411)
Ajuste de preço de aquisição	25.383
Valor justo da contraprestação transferida	-
Ganho por compra vantajosa	516.010

O valor de R\$ 25.383, recebido em dinheiro pela Unipar é referente a valor pago pela vendedora a título de ajuste do preço inicial de aquisição decorrente de ajustes de dívida líquida e capital de giro que deveriam ser apresentados pela Solvay Indupa S.A.I.C na data de aquisição e que não foram atingidos.

O ganho por compra vantajosa se justificou pelo contexto de mercado e clara intenção de saída

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas Em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

do segmento pela vendedora, combinada com a intenção frustrada de venda anterior do negócio, resultando numa situação de venda forçada, na qual o vendedor foi compelido a agir dessa forma para realização de seus propósitos. O ganho, líquido dos impostos diferidos, foi de R\$ 340.566, e se deve substancialmente ao ajuste a valor justo em combinação de negócios decorrentes da mais valia de ativo imobilizado.

Os custos diretamente relacionados a esta aquisição, reconhecidos no resultado como despesas administrativas totalizaram R\$ 10.550. Caso a combinação de negócio tivesse ocorrido em 01 de janeiro de 2016, o incremento na receita de operações continuadas teria sido de R\$ 2.015.655 e a redução no resultado do exercício teria sido de R\$ 137.423.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2017 não houve qualquer informação adicional que pudesse modificar os valores justos dos ativos reconhecidos e passivos assumidos inicialmente para a referida combinação de negócios.

# 5. Caixa e equivalentes de caixa

_		Controladora	Consolidado		
_	2017	2016	2017	2016	
Caixa e bancos	10.015	130.849	28.952	218.825	
Certificado de Depósitos Bancários (CDBs)	39.459	66.983	49.607	164.521	
_	49.474	197.832	78.559	383.346	

Em 31 de dezembro de 2016, na controladora, o saldo de caixa e bancos referia-se preponderantemente a operação de *Time Deposit* oferecida como garantia à fiança emitida na aquisição da Indupa Argentina, liquidada no final de 2016 e repatriada no inicio de janeiro de 2017.

Os Certificados de Depósito Bancário - CDBs registrados na controladora e no consolidado possuem remuneração associada ao Certificado de Depósito Interbancário - CDI, estão sujeitos a um risco insignificante de mudança em seu valor e têm possibilidade de resgate a qualquer momento.

# 6. Aplicações financeiras

	Controladora			Consolidado	
<del>-</del>	2017	2016	2017	2016	
Mantidos para negociação					
Cotas de Fundos de Investimentos	169.441	89.261	311.230	89.261	
<del>-</del>	169.441	89.261	311.230	89.261	
Mantidos até o vencimento					
Certificado de Depósitos Bancários - CDBs	10.013	-	10.013	7.351	
Outras Aplicações	2.000	<u> </u>	2.000		
	12.013	-	12.013	7.351	
	181.454	89.261	323.243	96.612	
Circulante	181.454	89.261	323.243	96.612	

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas Em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Os fundos de investimento registrados na controladora e no consolidado possuem remuneração associada ao Certificado de Depósito Interbancário – CDI, têm possibilidade de resgate a qualquer momento e os ativos dos fundos são classificados como baixo risco de crédito.

Os Certificados de Depósito Bancário - CDBs registrados na controladora possuem remuneração associada ao Certificado de Depósito Interbancário – CDI.

## 7. Contas a receber de clientes

	Controladora			Consolidado
	2017	2016	2017	2016
Nacionais	115.846	101.470	550.667	457.407
Exterior	205	-	45.002	55.239
Partes relacionadas (Nota 11) Provisão para créditos de liquidação	24	424	-	-
duvidosa	(13.115)	(13.206)	(135.911)	(136.828)
	102.960	88.688	459.758	375.818
Circulante	102.960	88.688	459.758	353.207
Não circulante		-	<u>-</u>	22.611

A composição das contas a receber de clientes, por vencimento, é a seguinte:

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Títulos a vencer	100.897	88.144	445.001	370.500
Títulos vencidos:				
Até 90 dias	2.183	1.075	13.397	5.657
De 91 a 180 dias	43	467	1.523	522
A partir de 180 dias	12.952	12.208	135.748	135.967
	116.075	101.894	595.669	512.646
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(13.115)	(13.206)	(135.911)	(136.828)
Total da carteira de clientes	102.960	88.688	459.758	375.818

A movimentação na provisão para créditos de liquidação duvidosa ("PCLD") para contas a receber de clientes é a seguinte:

		Controladora	Consolidado		
	2017	2016	2017	2016	
Saldo inicial	13.206	13.151	136.828	13.151	
Combinação de negócios	-	-	-	123.622	
Adições	120	770	974	770	
Reversões	(211)	(715)	(1.381)	(715)	
Ajustes de conversão	<u>-</u>	<u> </u>	(510)	_	
Saldo Final	13.115	13.206	135.911	136.828	

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas Em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

As adições e reversões da PCLD são registradas no resultado como "Outras (despesas) receitas operacionais, líquidas". Os valores da provisão são baixados, em conjunto com as contas a receber correspondentes, quando não há expectativa de recuperação dos recursos.

## 8. Impostos a recuperar

	Controladora			Consolidado
	2017	2016	2017	2016
IRRF/ IRPJ e CSLL a recuperar	19.155	7.546	27.764	16.072
ICMS	6.939	7.340	12.394	12.790
PIS e COFINS	-	3.422	2.354	4.260
IVA e outros créditos fiscais - Argentina	-	-	21.053	25.272
Restituições a exportações	-	-	5.061	5.133
Outros	1.719	1.968	1.750	2.149
	27.813	20.276	70.376	65.676
Circulante	23.371	15.481	48.701	48.483
Não circulante	4.442	4.795	21.675	17.193

<u>IRRF/ IRPJ/CSLL:</u> Corresponde basicamente ao imposto de renda retido na fonte sobre operações financeiras e antecipação de imposto de renda e contribuição social e realizáveis com imposto de renda a pagar sobre os lucros

<u>ICMS</u>: Referem-se a créditos provenientes de aquisições de ativo imobilizado, os quais estão reconhecidos no ativo circulante e não circulante.

<u>PIS e COFINS:</u> Referem-se basicamente a créditos provenientes de aquisições de ativo imobilizado e insumos, os quais estão reconhecidos no ativo circulante.

Restituições a exportações: Refere-se à restituição de impostos alfandegários cobrados pela importação da matéria-prima utilizada pela controlada Indupa Argentina para a fabricação do produto exportado.

## 9. Estoques

	<u></u>	Controladora		Consolidado
	2017	2016	2017	2016
Matérias-primas	6.934	15.919	49.244	54.963
Produtos em processo	3.470	2.319	22.678	15.830
Produtos acabados	8.690	2.913	82.447	103.887
Provisão para desvalorização	-	-	(5.995)	(894)
Materiais auxiliares e embalagens	4.330	2.380	6.621	6.142
Materiais de manutenção e reparos	24.151	24.404	66.485	63.872
	47.575	47.935	221.480	243.800
Circulante	31.375	30.184	180.668	204.060
Não circulante	16.200	17.751	40.812	39.740

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas Em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Os materiais de manutenção e reposição são itens mantidos para assegurar a continuidade das operações das plantas em caso de avarias eventuais nas máquinas e equipamentos da produção e em função do giro são classificados como circulante ou não circulante.

# 10. Depósitos judiciais

		Controladora	Consolida	
	2017	2016	2017	2016
Tributários	42.111	47.499	42.111	47.499
Trabalhistas	1.053	982	1.053	982
	43.164	48.481	43.164	48.481

Movimentação dos depósitos judiciais

Controladora e Consolidado	_	2015	Baixas	Transferências para depósitos com demandas judiciais	Atualização monetária	2016	
Tributários		44.230	-	-	3.269	47.499	
Trabalhistas	_	5.257	(1.109)	(3.360)	194	982	
	_	49.487	(1.109)	(3.360)	3.463	48.481	
Controladora e Consolidado		2016	Baixas	Transferências para depósitos com demandas judiciais	Outras transferências	Atualização monetária	2017
Tributários	(1)	47.499	(3.946)	(2.917)	-	1.660	42.296
Trabalhistas	_	982			(181)	67	868
	_	48.481	(3.946)	(2.917)	(181)	1.727	43.164

<sup>(1)</sup> As baixas e transferências de depósitos judiciais relativos a demandas tributárias estão relacionadas basicamente a disputas de PIS e COFINS.

Na Controladora o montante dos depósitos judiciais em 31 de dezembro de 2017 é composto, substancialmente, pelos seguintes processos:

## a) PER/DCOMPS não homologadas pela Receita Federal

R\$ 26.045 (R\$ 24.661 em 31 de dezembro de 2016) para garantir disputa de causa de natureza passiva com probabilidade de perda avaliada pelos consultores jurídicos como remota.

#### b) Goyana S.A. Indústrias de Matérias Plásticas ("Goyana")

R\$ 13.330 (R\$ 12.586 em 31 de dezembro de 2016) de três causas de sua ex-controlada Goyana onde a Companhia é colocada no polo passivo e solicita sua exclusão.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas Em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

## c) CSLL

R\$ 1.678 (R\$ 1.569 em 31 de dezembro de 2016) para garantir disputa de causa relativa a cobrança de débito de CSLL com probabilidade de perda avaliada pelos consultores jurídicos como remota.

#### 11. Partes Relacionadas

					2016
			•	Transações	
	Contas a receber de clientes	Outros ativos circulantes	Fornecedores	Vendas	Compras
Na Controladora Controlada direta - Indupa Argentina	_	-	614		_
Controlada indireta - Indupa Brasil No Consolidado	424	-	88	424	88
Controlada em conjunto - Solalbán	-	2.686	34.243	-	-
					2017
			Saldos	-	<b>Fransações</b>
	Contas a receber	Outros ativos			
	de clientes	circulantes	Fornecedores	Vendas	Compras
Na Controladora					
Controlada direta - Indupa Argentina	-	11	709	-	-
Controlada indireta - Indupa Brasil	24	22	140	41.582	5.056
No Consolidado					
Controlada em conjunto - Solalbán	-	1.461	27.361	14.308	120.496

## a) Remuneração do pessoal-chave da Administração

O pessoal-chave da Administração inclui os conselheiros e diretores. A remuneração paga a esses membros está a seguir demonstrada:

		Controladora
	2017	2016
Salários e benefícios de curto prazo	11.543	11.625
	11.543	11.625

## 12. Investimentos

		Controladora		Consolidado
	2017	2016	2017	2016
Investimento em controladas e coligada	286.919	218.653	21.817	25.354
Mais valia de ativos	300.355	271.974	<u> </u>	<u>-</u>
	587.274	490.627	21.817	25.354

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas Em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Informações sobre os investimentos em 31 de dezembro de 2016:

Investidas	Participação	% Participação	Lucro líquido (Prejuízo)	Capital social	Patrimônio Líquido	Passivo a descoberto Ajustado	
Em controladas							
Indupa Argentina	Direta	70,59	(181.831)	85.135	265.994	-	
Indupa Brasil	Indireta	70,59	(35.945)	266.921	57.063	-	
Solalbán	Em conjunto	40,94	2.703	35.808	43.381	-	
Em coligada							
Tecsis	Direta	17,78	(126.066)	356.265	(87.589)	(559.050)	(1)

Informações sobre os investimentos em 31 de dezembro de 2017:

Investidas	Participação	% Participação	Lucro líquido	Capital social	Patrimônio Líquido
Em controladas		·			
Indupa Argentina	Direta	87,76	95.158	85.135	326.936
Indupa Brasil	Indireta	87,76	84.603	266.923	137.463
Solalbán	Em conjunto	50,90	2.874	35.808	37.617

(1) Por não ser empresa de capital aberto, a Tecsis não utiliza todos os parâmetros da Instrução CVM nº 371/02 para determinar o valor recuperável de seu ativo fiscal diferido. De modo a uniformizar as práticas contábeis da Tecsis com as da Unipar, foram realizados ajustes para adequar as informações recebidas da Coligada à referida instrução. Após reduzido a zero, perdas adicionais foram geradas e um passivo foi constituído transferindo-se o saldo contábil de investimentos para a rubrica de "Outros passivos não circulantes", conforme evidenciado na nota explicativa 19.

Conforme evidenciado na nota explicativa 1, em 28 de agosto de 2017 a Companhia concluiu o processo de desinvestimento da totalidade da participação no capital social da Tecsis.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas Em 31 de dezembro de 2017 e 2016 (em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

# Movimentação dos investimentos

			Equivalência	a patrimonial					
Controladora	Saldo em 31 de dezembro de 2015	Adição	No resultado	No patrimônio Líquido	Amortização / Recebimento	Provisão para perda	Transferência		Saldo em 31 de dezembro de 2016
Indupa Argentina Investimento em controladas e									
coligada Mais valia de ativos e passivos	-	218.653 297.357	-	-	(25.383)	- (1) -	-		218.653 271.974
·		516.010			(25.383)			_	490.627
Tecsis Investimento em controladas e									
coligada	(29.181)	-	(75.431)	5.213	-	-	99.399	(2)	-
Mais valia de ativos e passivos Ágio por expectativa de	44.848	-	-	-	(4.900)	(39.948)	-		-
rentabilidade futura Tributos Diferidos sobre Mais Valia	18.935	-	-	-	-	(18.935)	-		-
e Ágio	(12.542) 22.060		(75.431)	5.213	<u>1.666</u> (3.234)	20.021 (38.862)	(9.145) 90.254	(3) _	<u>-</u>
Total	22.060	516.010	(75.431)	5.213	(28.617)	(38.862)	90.254	_	490.627

Controladora	Saldo em 31 de dezembro de 2016	Adição	No resultado	a patrimonial No patrimônio Líquido	Amortização	Recebimento	Saldo em 31 de dezembro de 2017
Indupa Argentina Investimento em controladas e coligada Mais valia de ativos e passivos	218.653 271.974	53.184 77.822	45.111 -	(30.029) (18.544)	- (19.229)	- (11.668)	286.919 300.355
Mais valia de dives e passives	490.627	131.006 (4)	45.111	(48.573)	(19.229)	(11.668) (5)	587.274
Total	490.627	131.006	45.111	(48.573)	(19.229)	(11.668)	587.274

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas Em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

			Equivalênc	ia patrimonial				
Consolidado	Saldo em 31 de dezembro de 2015	Adição	No resultado	No patrimônio Líquido	Amortização / Recebimento	Provisão para perda	Transferência	Saldo em 31 de dezembro de 2016
Indupa Argentina								
Investimento em controladas e coligada	-	25.383	-	-	(25.383)	-	-	-
-		25.383		_	(25.383)		-	-
Solalbán								
Investimento em controladas e coligada	-	25.354		-	-	-	-	25.354
•	-	25.354		_	_		-	25.354
Tecsis								
Investimento em controladas e coligada	(29.181)	-	(75.431)	5.213	-	-	99.399	(2)
Mais valia de ativos e passivos	`44.848	-	` _	-	(4.900)	(39.948)	-	-
Ágio por expectativa de rentabilidade futura	18.935	-	-	-	` -	(18.935)	-	-
Tributos Diferidos sobre Mais Valia e Ágio	(12.542)				1.666	20.021	(9.145)	(3)
	22.060	-	(75.431)	5.213	(3.234)	(38.862)	90.254	-
Total	22.060	50.737	(75.431)	5.213	(28.617)	(38.862)	90.254	25.354

		Equivalencia patrimonial		
Saldo em 31 de dezembro de 2016	Ajustes de conversão	No resultado	Dividendos recebidos	Saldo em 31 de dezembro de 2017
25.354	(3.548)	1.668	(1.657)	21.817
25.354	(3.548)	1.668	(1.657)	21.817
25.354	(3.548)	1.668	(1.657)	21.817
	de dezembro de 2016 25.354 25.354	de dezembro de 2016         Ajustes de conversão           25.354         (3.548)           25.354         (3.548)	Saldo em 31 de dezembro de 2016         Ajustes de conversão         No resultado           25.354         (3.548)         1.668           25.354         (3.548)         1.668	Saldo em 31 de dezembro de 2016         Ajustes de conversão         Dividendos recebidos           25.354         (3.548)         1.668         (1.657)           25.354         (3.548)         1.668         (1.657)

- (1) Valor Inicial de ajuste de preço de aquisição recebido do vendedor
- (2) Após reduzido a zero, perdas adicionais foram geradas e um passivo foi constituído transferindo-se o saldo contábil de investimentos para a rubrica de "Outros passivos não circulantes", conforme evidenciado na nota explicativa 19.
- (3) A provisão para ajuste ao valor recuperável do Ágio não alocado na aquisição do investimento requereu o reconhecimento de ativo diferido de IR e CSLL que anteriormente era apresentado de forma liquida na rubrica de "Investimentos". Após o investimento ser reduzido a zero, transferiu-se o valor destes impostos para a conta do ativo que abriga os impostos desta natureza.
- (4) Valor referente à aquisição de participação de minoritários realizada através da oferta pública de ações OPA (vide detalhe na nota explicativa 1)
- (5) Valor referente ao ajuste de preço de aquisição recebido pela Companhia devido a compra de participação de minoritários da Indupa Argentina.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas Em 31 de dezembro de 2017 e 2016 (em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

# 13. Imobilizado

Controladora	Taxa de depr	eciação anual				Líquido
	-			Depreciação		
	2017	2016	Custo	acumulada	2017	2016
Terrenos	-	-	247.550	-	247.550	247.550
Edificações e Construções	3,45% a 6,67%	3,45% a 6,67%	148.104	(56.723)	91.381	95.282
Equipamentos e Instalações	5% a 6%	5% a 6%	1.143.683	(628.004)	515.679	527.925
Veículos	20%	20%	1.303	(1.053)	250	238
Móveis e Utensílios	10%	10%	12.573	(10.027)	2.546	2.548
Demais bens	10%	10%	12.608	(8.583)	4.025	4.652
Imobilizado em andamento			24.702	· · · · · · · · · · · · · · · ·	24.702	18.776
			1.590.523	(704.390)	886.133	896.971

Consolidado	Taxa anual d	e depreciação				Líquido
	2017	2016	Custo	Depreciação acumulada	2017	2016
Terrenos		-	282.169	-	282.169	285.976
Edificações e Construções	3,33% a 6,67%	3,33% a 6,67%	432.245	(180.011)	252.234	267.815
Equipamentos e Instalações	5% a 10%	5% a 10%	3.005.625	(1.779.277)	1.226.348	1.299.246
Veículos	20%	20%	3.758	(3.107)	651	1.113
Móveis e Utensílios	10%	10%	34.474	(30.610)	3.864	3.434
Demais bens	10%	10%	12.608	(8.583)	4.025	4.652
Imobilizado em andamento			121.391	-	121.391	56.413
			3.892.270	(2.001.588)	1.890.682	1.918.649

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas Em 31 de dezembro de 2017 e 2016 (em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

# Movimentação do ativo imobilizado

		Adições líquidas de			
Controladora	2015	transferências	Baixas	Depreciação	2016
Terrenos	247.550	-		-	247.550
Edificações e Construções	97.745	1.450	-	(3.913)	95.282
Equipamentos e Instalações	501.547	63.539	(27)	(37.134)	527.925
Veículos	399	61	-	(222)	238
Móveis e Utensílios	3.054	210	(24)	(692)	2.548
Demais bens	3.660	1.528	(32)	(504)	4.652
Imobilizado em andamento	45.936	(27.160)		<u> </u>	18.776
	899.891	39.628	(83)	(42.465)	896.971

		Adições líquidas			
Controladora	2016	de transferências	Baixas	Depreciação	2017
Terrenos	247.550	-	-	-	247.550
Edificações e Construções	95.282	49	-	(3.950)	91.381
Equipamentos e Instalações	527.925	28.830	(238)	(40.837)	515.680
Veículos	238	145	-	(133)	250
Móveis e Utensílios	2.548	656	(9)	(649)	2.546
Demais bens	4.652	157	(38)	(747)	4.024
Imobilizado em andamento	18.776	5.926	<u>-</u>	<u> </u>	24.702
_	896.971	35.763	(285)	(46.316)	886.133

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas Em 31 de dezembro de 2017 e 2016 (em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

		Combinação de	Adições líquidas de			
Consolidado	2015	negócios	transferências	Baixas	Depreciação	2016
Terrenos	247.550	38.426	-	-	-	285.976
Edificações e Construções	97.745	172.533	1.450	-	(3.913)	267.815
Equipamentos e Instalações	501.547	771.321	63.539	(27)	(37.134)	1.299.246
Veículos	399	875	61	-	(222)	1.113
Móveis e Utensílios	3.054	886	210	(24)	(692)	3.434
Demais bens	3.660	-	1.528	(32)	(504)	4.652
Imobilizado em andamento	45.936	37.637	(27.160)	-	-	56.413
	899.891	1.021.678	39.628	(83)	(42.465)	1.918.649

		Adições líquidas			Ajustes de	
Consolidado	2016	de transferências	Baixas	Depreciação	conversão	2017
Terrenos	285.976	-	_	-	(3.807)	282.169
Edificações e Construções	267.815	2.740	-	(12.370)	(7.395)	250.790
Equipamentos e Instalações	1.299.246	56.259	(238)	(127.093)	(24.297)	1.203.877
Veículos	1.113	165	(150)	(437)	(42)	649
Móveis e Utensílios	3.434	1.504	(9)	(1.062)	(44)	3.823
Demais bens	4.652	157	(38)	(747)	-	4.024
Imobilizado em andamento	56.413	90.893	-	-	(1.956)	145.350
	1.918.649	151.718	(435)	(141.709)	(37.541)	1.890.682

A Companhia e suas controladas avaliam a recuperação do valor contábil dos seus imobilizados de acordo com o requerido pelo CPC 01 (R1) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos. Para o encerramento das demonstrações financeiras anuais referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017 não foram identificadas evidências de ativos com custos registrados superiores aos seus valores de recuperação. Também não houve mudança de estimativa na vida útil dos bens incluídos no ativo imobilizado da Companhia e suas controladas.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas Em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

# 14. Intangível

				Controladora
	Taxa anual de a	mortização		Líquido
	2017	2016	2017	2016
Ágio	-	-	273.025	273.025
Direito de uso de Software	20%	20%	5.659	8.868
			278.684	281.893
				Consolidado
	Taxa anual de a	mortização		Líquido
	2017	2016	2017	2016
Ágio			280.750	281.962
Direito de uso de Software	20%	20%	5.835	9.103
			286.585	291.065

#### Na controladora

No exercício de 2013, a Unipar Participações S.A, antiga denominação da Unipar Carbocloro S.A., adquiriu participação adicional de 50% no capital da Carbocloro Indústrias Químicas Ltda ("Carbocloro"). Tendo em vista que a Unipar Participações S.A. já detinha outros 50% do capital da Carbocloro na data desta aquisição, a combinação de negócios foi tratada como uma combinação em estágios apurando um ágio total no montante de R\$ 273.025, composto de R\$ 77.174 relativo à compra de participação adicional e de R\$ 195.851 relacionado à reavaliação da participação já detida. Tais saldos não são amortizados e só podem ser reduzidos pela venda do ativo relacionado ou por *impairment*.

Movimentação do intangível com vida útil definida

Controladora	2015	Adições	Amortizações	2016	
Direito de uso de Software	12.105	126	(3.363)	8.868	
Controladora	2016	Amortizações	Transferências	2017	
Direito de uso de Software	8.868	(3.335)	126	5.659	
Consolidado	2015	Combinação de negócios	Adicões	Amortizações	2016
Direito de uso de Software	12.105	235	126	(3.363) Ajustes de	9.103
Consolidado	2016	Amortizações	Transferências	conversão	2017
Direito de uso de Software	9.103	(3.393)	126	(1)	5.835
	000	(0.000)	0	(.)	0.000

Para o encerramento das demonstrações financeiras anuais referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017 a Companhia e suas controladas avaliaram a recuperação do valor contábil de seus intangíveis de acordo com o requerido CPC 01 (R1) - "Redução ao Valor Recuperável de Ativos", e não foram identificadas evidências de ativos com custos registrados superiores aos seus valores de recuperação.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas Em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

# 15. Empréstimos e financiamentos

			Controladora	Consolidado		
	Moeda	2017	2016	2017	2016	
Em moeda nacional	•					
Debêntures Investimentos - Carbocloro (CDI +						
2,00% a.a.) (1)	R\$	252.554	361.418	252.554	361.418	
Capital de Giro - Carbocloro (CDI + 3,572% a.a.,						
em média) (2)	R\$	351.234	-	351.234	-	
Capital de Giro Taxa Fixa - Indupa BR (2017:						
14,97% a.a. em média, 2016: 26,97% a.a., em						
média)	R\$	-	-	69.729	4.795	
Capital de Giro Taxa Fixa - Indupa AR (2017:						
27,38% a.a. em média, 2016: 27,56% a.a., em						
média) (4)	AR\$	-	-	47.598	57.991	
Capital de Giro CDI + Spread - Indupa BR (2017:						
CDI + 3,65% a.a., em média, 2016: CDI + 5,64%	50					
a.a., em média)	R\$		-	27.543	55.695	
BNDES - Carbocloro (TJLP + 2,23% a.a.) (3)	R\$	11.873	16.417	11.873	16.417	
BNDES - Carbocloro (SELIC + 2,36% a.a.) (3)	R\$	9.226	8.979	9.226	8.979	
BNDES - Indupa BR (TJLP + 1,40% a.a.)	R\$	-	-	9.169	6.545	
BNDES - Indupa BR (Taxa Fixa 2,50% a.a.)	R\$	-	=	-	1.734	
Empréstimo CDI + Spread - Carbocloro (CDI +	DΦ		00.000		00.000	
1,20% a.a.)	R\$	-	83.933	-	83.933	
Em moeda estrangeira						
Capital de Giro Taxa Fixa - Indupa AR (2,71% a.a.)	US\$	_	-	59.422	_	
BNDES - Carbocloro (Taxa Fixa 2,56% a.a.) (3)	US\$	2.020	4.378	2.020	4.378	
2.1220		626.907	475.125	840.368	601.885	
	•		5.120	2 121000	231.000	
Circulante		239.403	206.320	437.279	327.197	
Não circulante	·	387.504	268.805	403.089	274.688	

- (1) Debêntures simples, não conversíveis em ações, emitidas em novembro de 2013 para a aquisição dos 50% de participação adicional no capital da Carbocloro, amortizadas semestralmente, com vencimento final para maio de 2020, garantidas por cessão fiduciária da totalidade dos valores referentes às distribuições de dividendos, juros sobre capital próprio, ou quaisquer outras formas de distribuição de resultados devidas pela Companhia aos acionistas controladores
- (2) Captações destinadas a reforço de caixa da Companhia, livres de garantia, sendo R\$ 148.605, com juros amortizáveis semestralmente a partir de dezembro de 2017, valor principal a ser amortizado em duas parcelas anuais, com vencimentos para junho de 2018 e 2019, R\$ 103.355, com juros amortizáveis semestralmente a partir de janeiro de 2018, valor principal a ser amortizado em duas parcelas anuais, com vencimentos para julho de 2018 e 2019. R\$ 99.274, com juros amortizáveis trimestralmente a partir de março de 2018, valor principal a ser amortizado em quatro parcelas trimestrais a partir de março de 2020.
- (3) Captações destinadas à modernização da planta em Cubatão garantidas por terrenos, bem como pelas edificações e equipamentos da Companhia.
- (4) Empréstimos efetuados pela Indupa Argentina, em Pesos.

O cronograma de amortização desses empréstimos e financiamentos é o seguinte:

	Controladora	Consolidado
	2017	2017
2018	239.403	437.279
2019	239.791	251.481
2020	144.191	146.791
2021	3.522	4.817
	626.907	840.368

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas Em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Os valores contábeis e os valores justos dos empréstimos e financiamentos são os seguintes:

Financiamentos em moeda nacional Financiamentos em moeda estrangeira

			Controladora
	Valor contábil		Valor Justo
20	17 2016	2017	2016
624.8	<b>37</b> 470.747	624.076	475.284
2.02	<b>20</b> 4.378	2.020	4.378
626.9	<b>)7</b> 475.125	626.096	479.662

Financiamentos em moeda nacional Financiamentos em moeda estrangeira

			Consolidado
V	/alor contábil		Valor Justo
2017	2016	2017	2016
778.926	597.507	778.115	602.044
61.442	4.378	61.442	4.378
840.368	601.885	839.557	606.422

Consolidado

Certos empréstimos e financiamentos apresentam cláusulas que estabelecem o atendimento de determinados indicadores financeiros (*covenants*). Em 31 de dezembro de 2017 e 2016 a Companhia e suas controladas estavam adimplentes com o atendimento dessas cláusulas.

# 16. Energia elétrica

A Companhia e sua controlada indireta Indupa Brasil possuem contratos de longo prazo para fornecimento de energia elétrica, na condição de consumidor livre. Tais contratos, além de englobarem o preço da energia efetivamente contratada, contêm encargos estabelecidos no âmbito governamental. Um destes encargos refere-se à Conta de Desenvolvimento Energético ("CDE"), e seu valor é determinado anualmente pelo Governo Brasileiro.

A publicação inicial do valor da CDE relativa ao período de agosto de 2015 a julho de 2016 indicava alta majoração deste encargo, o que levou a Companhia, a Indupa Brasil e outros consumidores livres a questionarem judicialmente a cobrança da CDE com seu novo valor. Este questionamento deu-se através de processo judicial patrocinado pela Associação Brasileira de Grandes Consumidores Industriais de Energia e de Consumidores Livres ("ABRACE").

No início do 3º trimestre de 2015, a ABRACE obteve liminar indicando que, enquanto o processo encontrar-se em julgamento, os consumidores livres que questionaram o valor deveriam ser cobrados por valores menores do que aqueles inicialmente estipulados. A Companhia e a Indupa Brasil provisionam integralmente os valores inicialmente estipulados, mas efetuam os pagamentos apenas dos montantes previstos na liminar de acordo com o faturamento do fornecedor (CTEEP).

A publicação inicial do valor da CDE relativa ao período de agosto de 2016 a julho de 2017 também indicou valores que, segundo a ABRACE, estão acima dos considerados corretos pela associação. Sendo assim, a ABRACE também questionou judicialmente as futuras cobranças do encargo com seu novo valor e obteve liminar favorável nos mesmos moldes da liminar obtida para as cobranças relativas ao período de agosto de 2015 a julho de 2016. Em 31 de dezembro de 2017, os respectivos processos continuam em discussão.

O valor da CDE relativa ao período de agosto de 2017 a julho de 2018 não foi objeto de medida judicial, razão pela qual a Companhia efetua os pagamentos conforme cobrado pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas Em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

# 17. Demandas judiciais

A Companhia e suas controladas, suportadas pela avaliação de seus consultores jurídicos, internos e externos, classificam a probabilidade de perda de suas demandas judiciais em "provável", "possível" e "remota".

## Demandas judiciais classificadas como "perda provável"

Para estas causas são constituídas provisões e, quando aplicável, os saldos são registrados líquidos dos depósitos judiciais atrelados aos processos.

As demandas judiciais classificadas como "perda provável" estão descritas a seguir:

		Controladora		Consolidado
	2017	2016	2017	2016
Fiscais	20.572	23.583	27.779	30.375
Trabalhistas e previdenciárias	27.037	24.510	52.034	44.971
Cíveis	58.150	61.316	58.222	61.316
Total	105.759	109.409	138.035	136.662
Depósitos judiciais fiscais	(17.110)	(13.156)	(17.340)	(13.392)
Depósitos judiciais trabalhistas	(6.352)	(5.049)	(15.006)	(12.342)
Total	(23.462)	(18.205)	(32.346)	(25.734)
	82.297	91.204	105.689	110.928
Circulante	-	7.072	329	7.563
Não circulante	82.297	84.132	105.360	103.365

Movimentação das provisões para demandas judiciais

Controladora	2015	Adições	Baixas/ Reversão	Transferências	Atualização monetária	2016
Fiscais	19.096	2.405	(292)	-	2.374	23.583
Trabalhistas e previdenciárias	10.876	13.939	(305)	-	-	24.510
Cíveis	30.688	31.724	(4.339)	-	3.243	61.316
Outros	100	-	(100)	-	-	-
Depósitos Judiciais	(13.951)	(1.625)	926	(3.360)	(195)	(18.205)
	46.809	46.443	(4.110)	(3.360)	5.422	91.204
			Baixas/		Atualização	
Controladora	2016	Adições	Reversão	Transferências	monetária	2017
Fiscais	23.583	4.065	(7.709)	-	633	20.572
Trabalhistas e previdenciárias	24.510	6.053	(3.948)	-	422	27.037
Cíveis	61.316	1.722	(7.637)	=	2.749	58.150
Depósitos Judiciais	(18.205)	(3.235)	1.340	(2.917)	(445)	(23.462)
	91.204	8.605	(17.954)	(2.917)	3.359	82.297

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas Em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Consolidado	2015	Combinação de negócios	Adições	Baixas/ Reversão	Transferên- cias	Atualização monetária	2016
Fiscais Trabalhistas e	19.096	6.792	2.405	(292)	-	2.374	30.375
previdenciárias	10.876	20.461	13.939	(305)	-	=	44.971
Cíveis	30.688	-	31.724	(4.339)	-	3.243	61.316
Outros Depósitos	100	-	-	(100)	-	-	-
Judiciais	(13.951)	(7.529)	(1.625)	926	(3.360)	(195)	(25.734)
	46.809	19.724	46.443	(4.110)	(3.360)	5.422	110.928
Consolidado	2016	Adições	Baixas/ Reversão	Transferên- cias	Atualização monetária	Ajustes de conversão	2017
Fiscais Trabalhistas e	30.375	4.487	(7.715)	-	633	-	27.780
previdenciárias	44.971	13.675	(6.512)	-	422	(523)	52.033
Cíveis	61.316	1.794	(7.637)	-	2.749	-	58.222
Outros Depósitos	-	68	(68)	-	-	-	-
Judiciais	(25.734)	(2.998)	(252)	(2.917)	(445)	<u>-</u>	(32.346)
	110.928	17.026	(22.184)	(2.917)	3.359	(523)	105.689

As principais causas classificadas neste grupo são:

#### Na Controladora

- a) Demandas fiscais
- i. Imposto de Renda Pessoa Jurídica ("IRPJ") e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido ("CSLL")

Refere-se à correção monetária das parcelas do IRPJ, Imposto de Renda sobre Lucro Distribuído e Contribuição Social sobre Lucro Líquido, todos apurados no exercício de 1990, cuja avaliação dos consultores jurídicos é de probabilidade de perda provável, para a qual se mantém provisão de R\$ 6.341 em 31 de dezembro de 2017 e 2016.

Em 29 de agosto de 2017 a Companhia aderiu ao PERT (Programa de Regularização Tributária) instituído pela MP 783/2017, no qual, incluiu a demanda relativa a não homologação da Receita Federal sobre compensações de créditos de imposto de renda efetuadas no exercício de 2003, para a qual, baseada na avaliação dos consultores jurídicos de probabilidade de perda provável mantinha provisão em 31 de dezembro de 2016 de R\$ 3.551.

#### ii. Outros processos fiscais

São compostos por diversos processos relacionados com disputas relativas a PIS, COFINS, INSS e IPTU, entre outros, que totalizam o montante de R\$ 11.930 em 31 de dezembro de 2017 (R\$ 11.744 em 31 de dezembro de 2016), avaliados como perda provável pelos consultores jurídicos e devidamente provisionados.

iii. Demais processos fiscais (possíveis):

São compostos por disputas de compensações de impostos e contribuições não homologadas

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas Em 31 de dezembro de 2017 e 2016 (em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

pela Receita Federal, processos judiciais da ex-controlada Goyana, exigência de débito de IOF sobre operações de créditos com coligadas, indedutibilidade de despesas para fins de imposto de renda e contribuição social e exigência de débitos de PIS e COFINS, entre outros que totalizam o montante de R\$ 32.239 em 31 de dezembro de 2017 (R\$ 28.555 em 31 de dezembro de 2016). A administração, baseada na avaliação de seus consultores jurídicos avalia a probabilidade de perda como possível e não mantém nenhuma provisão para estas contingências.

#### b) Demandas judiciais trabalhistas e previdenciárias

Envolve diversos processos que, em seu conjunto, somam R\$ 74.263 em 31 de dezembro de 2017 (R\$ 67.557 em 31 de dezembro de 2016). As ações judiciais de natureza trabalhista referem-se, de maneira geral, a discussões de ex-funcionários questionando principalmente o direito sobre gratificações, horas extras, seus reflexos e respectivos encargos, para os quais a Companhia baseada na avaliação de seus consultores jurídicos mantém provisão de R\$ 26.939 em 31 de dezembro de 2017 (R\$ 24.510 em 31 de dezembro de 2016).

#### c) Demandas judiciais cíveis

Refere-se, basicamente, a discussão sobre valor de empréstimo tomado junto à Financiadora de Estudos e Projetos ("FINEP") em 1986. Em maio de 2016 houve julgamento realizado no Tribunal Regional Federal da 2ª Região ratificando a tese de aplicação da metodologia de juros simples, a qual era pleiteada pela Unipar, para cálculo dos valores devidos. Aguarda-se intimação da FINEP para apresentar novos cálculos com base nos parâmetros estabelecidos em sede de recurso de apelação. Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia baseada na avaliação de probabilidade de perda provável de seus consultores jurídicos, mantém provisão no valor de R\$ 49.683 (R\$ 46.640 em 31 de dezembro de 2016).

#### d) Demandas judiciais ambientais

O Ministério Público Federal ("MPF") requereu, através de ação civil pública, a reformulação da unidade de produção com células de mercúrio e a reparação de eventual dano ambiental, com pagamento de indenização. O processo foi extinto, em 1ª instância, sem resolução de mérito. O MPF interpôs recurso de apelação, sendo reformada a decisão para que se instaurasse a produção de provas. A Companhia interpôs recurso especial, o qual encontra-se em julgamento no Superior Tribunal de Justiça ("STJ"). Para fins de recolhimento de custas, foi atribuído à causa o valor de R\$ 500. Contudo, a Companhia entende que não é possível, no momento, atribuir valores confiáveis ao processo.

O Ministério Público Federal também distribuiu ação civil pública em face da Companhia requerendo a recuperação de eventuais danos ambientais, indenização de danos irrecuperáveis, implantação de sistemas de tratamento e monitoramento online, bem como a manutenção do controle gerencial de mercúrio e sua destinação. Perícia foi realizada em 13 de julho de 2016 e aguarda-se elaboração de laudo pericial previsto originalmente para dezembro de 2016 e ainda não recebido. Para fins de recolhimento de custas, foi atribuído à causa o valor de R\$ 20.000. Contudo, a Companhia entende que não é possível, no momento, atribuir valores confiáveis ao processo.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas Em 31 de dezembro de 2017 e 2016 (em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

## e) Honorários de sucesso

A Companhia registra provisão para pagamento de honorários advocatícios cujos processos envolvem honorários de sucesso. Em 31 de dezembro de 2017 o montante dessas provisões é de R\$ 11.166 (R\$ 16.623 em 31 de dezembro de 2016).

## f) Demanda judicial ativa

A Companhia distribuiu ação em face da Eletrobrás e União Federal visando à restituição da correção monetária de empréstimo compulsório cedido à Eletrobrás. O processo transitou em julgado com decisão favorável à Unipar.

Considerando o valor atualmente pleiteado pela Companhia, líquido dos honorários de sucesso dos assessores da Unipar, a Companhia deveria receber o valor de R\$ 155.927 em 31 de dezembro de 2017 (R\$ 138.158 em 31 de dezembro de 2016). A Eletrobrás apresentou embargos de declaração em relação aos valores pleiteados, e até o momento, não informou o valor que entende como devido. Dado o atual estágio do processo, não é possível afirmar qual será o valor a ser recebido pela Unipar.

Por tratar-se de demanda judicial ativa e pelo fato dos valores devidos pela Eletrobrás ainda não terem sido homologados, até 31 de dezembro de 2017 nenhum montante havia sido registrado pela Companhia, conforme dispositivos do CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.

Na controlada Indupa Brasil

#### a) Demandas fiscais

i. Imposto de Renda Pessoa Jurídica ("IRPJ") e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido ("CSLL")

Como consequência de hiperinflação no passado, foi regulamentada (a partir de dezembro de 1995) a ré expressão do valor dos bens do ativo imobilizado utilizando um índice obrigatório determinado pelo governo. Este índice foi mantido artificialmente em um menor valor durante 1991 em comparação com os índices de inflação de outras agências independentes. A Indupa Brasil reavaliou seus ativos por um índice maior no exercício de 1991, gerando assim uma depreciação anual maior para os exercícios fiscais futuros. A lei impositiva correspondente determinou que tais contribuições complementares sobre a depreciação que surge da diferença entre índices, deveriam ser consideradas como despesa dedutível somente para efeito de imposto de renda somente para um período de seis anos que começava em 1992. Porém, a Indupa Brasil decidiu considerar o montante desta diferença como despesa dedutível de imposto de renda e contribuição social no primeiro ano. Como resultado, as autoridades fiscais notificaram a Indupa Brasil posteriormente.

Em 31 de dezembro de 2017 o valor total da causa é de R\$ 38.385 (R\$ 37.525 em 31 de dezembro de 2016). A controlada, baseada na avaliação de seus consultores jurídicos para o montante da causa cuja probabilidade de perda foi considerada como provável, registrou provisão no valor de R\$ 2.019 (R\$ 1.975 em 31 de dezembro de 2016).

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas Em 31 de dezembro de 2017 e 2016 (em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

## ii. Outros processos fiscais e cíveis

Disputas no montante de R\$ 3.200 em 31 de dezembro de 2017 (R\$ 2.809 em 31 de dezembro de 2016), basicamente representada por processo relativo a imposto municipal, avaliadas como perda provável pelos consultores jurídicos e devidamente provisionadas.

## b) Demandas judiciais trabalhistas e previdenciárias

Envolve diversos processos que, em seu conjunto, somam R\$ 37.025 em 31 de dezembro de 2017 (R\$ 30.204 em 31 de dezembro de 2016). As ações judiciais de natureza trabalhista referem-se, de maneira geral, a discussões de ex-funcionários questionando principalmente o direito sobre danos materiais e morais, doença ocupacional, terceirização e equiparação salarial para os quais a controlada baseada na avaliação de seus consultores jurídicos mantém provisão de R\$ 21.303 em 31 de dezembro de 2017 (R\$ 19.668 em 31 de dezembro de 2016).

## c) Honorários de sucesso

A controlada registra provisão para pagamento de honorários advocatícios cujos processos envolvem honorários de sucesso. Em 31 dezembro de 2017 o montante dessas provisões é de R\$ 2.060 (R\$ 2.008 em 31 de dezembro de 2016).

Na controlada Indupa Argentina

## a) Demandas judiciais trabalhistas e previdenciárias

Envolve diversos processos que, em seu conjunto, somam R\$ 8.110 em 31 de dezembro de 2017 (R\$ 3.212 em 31 de dezembro de 2016). As ações judiciais de natureza trabalhista referem-se, de maneira geral, a discussões de ex-funcionários questionando principalmente o direito sobre diferenças indenizatórias e doença ocupacional, para os quais a controlada baseada na avaliação de seus consultores jurídicos mantém provisão de R\$ 3.694 em 31 de dezembro de 2017 (R\$ 794 em 31 de dezembro de 2016).

#### 18. Passivo ambiental

		Consolidado
	2017	2016
Passivo ambiental	42.767	60.134
Circulante	17.889	40.920
Não circulante	24.878	19.214

A Companhia e suas controladas estão expostas a riscos ambientais decorrentes de vazamento de substâncias químicas, falhas de equipamentos, acidentes de transporte ou falhas no processo de produção. A administração considera a proteção ao meio ambiente como um aspecto-chave de suas atividades, aplicando políticas que visam a prevenção e o controle desses riscos em todas as unidades de produção, que permitem o cumprimento, por vezes, além das normas legais. Em cumprimento as suas políticas internas sobre as questões ambientais, a Companhia se utiliza de especialistas para desenvolver estudos necessários para este fim. A política contábil sobre este assunto é constituir um passivo quando este for possível de ser medido com certa razoabilidade. As características dos riscos envolvidos exigem estudos

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas Em 31 de dezembro de 2017 e 2016 (em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

detalhados e a conclusão destes estudos é essencial para se estimar adequadamente os valores a serem desembolsados.

## Indupa Argentina

Em 31 de dezembro de 2017 a controlada Indupa Argentina apresenta uma provisão para passivo ambiental no montante de R\$ 11.379 (R\$ 10.382 em 31 de dezembro de 2016), correspondente a custos estimados com a remediação de problemas ambientais identificados em área denominada "Cinco Saltos", província de Rio Negro, onde funcionava sua antiga planta, hoje propriedade de outra empresa.

#### Indupa Brasil

Em 31 de dezembro de 2017 a controlada Indupa Brasil apresenta uma provisão para passivo ambiental no montante de R\$ 31.388 (R\$ 49.752 em 31 de dezembro de 2016), correspondente as seguintes questões:

- R\$ 10.423 (R\$ 11.463 em 31 de dezembro de 2016), relativos a custos estimados a incorrer com a remediação de problemas ambientais identificados em área denominada "Cloroetil" localizada em sua planta industrial na cidade de Santo André SP. O plano de remediação efetuado a partir de um estudo de investigação realizado por empresa especializada em remediação de temas ambientais, foi entregue à Agencia Estatal de Proteção Ambiental do Estado de São Paulo ("CETESB").
- R\$ 9.305 (R\$ 8.333 em 31 de dezembro de 2016), relativos a custos estimados atualmente em curso para avaliação e determinação de contaminação de solo e aguas subterrâneas de uma área de serviços denominada "IQB" localizada na cidade de Lençois Paulista - SP.

A Indupa Brasil foi requerida pela CETESB a pagar multas relativas a danos ambientais ocorridos na cidade de Porto Feliz - SP, causados por prestador de serviço por não ter tratado de forma adequada certos resíduos de produção. Devido o prestador de serviços ter encerrado suas atividades a Indupa Brasil foi solicitada pela CETESB a investigar e realizar ações de remediação. Estudos preliminares realizados na localidade onde o prestador de serviços estava localizado detectaram contaminação e foi solicitado pela CETESB que investigações complementares fossem efetuadas para concluir se a contaminação se estendeu aos arredores. A conclusão dessas investigações complementares estva prevista para o segundo semestre de 2017 e foi adiada para o transcorrer do exercício de 2018. Em 31 de dezembro de 2017 a Indupa Brasil mantém provisão de R\$ 331 (R\$ 4.169 em 31 de dezembro de 2016) que compreende apenas o custo remanescente relacionado com a investigação.

A administração da Indupa Brasil, baseada na opinião de especialistas, entende que não é possível nesse momento determinar de forma objetiva um valor razoável correspondente aos futuros custos de remediação ambiental decorrente das investigações em andamento.

Cabe salientar que a Solvay Vinyls Holding A.G., empresa relacionada com o acionista anterior assumiu contratualmente de forma irrevogável e incondicional as obrigações ambientais das

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas Em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

controladas Indupa Argentina e Indupa Brasil com relação a certas áreas dessas empresas, entre elas Porto Feliz.

A Indupa Brasil também está investigando outras áreas em sua planta buscando identificar danos ambientais causados por suas operações. Como resultado, em 31 de dezembro de 2017 mantém uma provisão de R\$ 11.329 (R\$ 25.787 em 31 de dezembro de 2016), relativa a custos estimados de remediação.

Movimentação das provisões para passivo ambiental

				Ajustes de	
Consolidado	2016	Adições	Utilização	conversão	2017
Passivo ambiental	60.134	18.202	(36,249)	680	42.767

# 19. Outros passivos

_	Controladora		Consolidado	
_	2017	2016	2017	2016
Participações societárias à descoberto (1)	-	99.399	-	99.399
Provisão para restruturação (2)	-	-	33.060	=
Outros passivos	5.825	8.886	27.758	28.605
-	5.825	108.285	60.818	128.004
Circulante	5.825	8.886	60.818	28.605
Não circulante	<u> </u>	99.399	<u> </u>	99.399

- (1) Refere-se ao desinvestimento da totalidade da participação societária na Tecsis evidenciada na nota explicativa 1 e liquidado em 2 de outubro de 2017. Os efeitos de resultado na liquidação deste passivo, estão descritos na nota explicativa 27.
- (2) Refere-se ao saldo da provisão com gastos de reestruturação correspondentes a R\$ 65.774, decorrentes do desenvolvimento de um plano, para a análise dos diferentes processos de negócio da Indupa Argentina e Indupa Brasil, com vista a sua melhoria e otimização. No exercício de 2017 foi contabilizado como outras despesas operacionais.

#### 20. Débito com terceiros

Corresponde a dívida com a Solvay Vinyls Holding A.G. relacionada com a aquisição da Solvay Indupa S.A.I.C, no montante de US\$ 136 milhões sobre a qual incide encargos de 3% a.a. pagos anualmente a partir de 27 de dezembro de 2017 e amortização do principal em cinco parcelas anuais de US\$ 27,2 milhões, com vencimento inicial em 27 de dezembro de 2022 e término em 27 de dezembro de 2026.

Essa dívida possui cláusulas que estabelecem o atendimento de determinados indicadores financeiros *(covenants).* Em 31 de dezembro de 2017 e 2016 a Companhia estava adimplente com o atendimento dessas cláusulas.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas Em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

# 21. Imposto de renda e contribuição social

#### a) Conciliação da alíquota efetiva

		Controladora		Consolidado
	2017	2016	2017	2016
Lucro antes dos impostos	316.871	468.607	336.861	468.607
Alíquota nominal combinada de IRPJ e CSLL	34%	34%	34%	34%
Imposto calculado com base na alíquota nominal				
combinada	(107.736)	(159.326)	(114.533)	(159.326)
Diferenças permanentes				
Resultado de equivalência patrimonial	15.338	(25.646)	585	(25.646)
Desinvestimento na coligada Tecsis	48.101	-	48.101	· · · · · · · · · · · · · · · · · · ·
Diferença da alíquota nominal para controlada na				
Argentina	-	-	453	-
Outros	(5.417)	(2.799)	(6.347)	(2.799)
Total créditos de diferenças permanentes	58.022	(28.445)	42.792	(28.445)
Créditos tributários não reconhecidos em anos anteriores				
Prejuízos fiscais reconhecidos	35.500	<u> </u>	41.144	
Total da despesa de IRPJ e CSLL registrada no				
resultado	(14.214)	(187.771)	(30.597)	(187.771)
Alíquota efetiva combinada de IRPJ e CSLL	4,49%	40,07%	9,08%	40,07%
IRPJ e CSLL correntes	(22.963)	(47.027)	(51.260)	(47.027)
IRPJ e CSLL diferidos	8.749	(140.744)	20.663	(140.744)
Total da (despesa)/ receita de IRPJ e CSLL	(14.214)	(187.771)	(30.597)	(187.771)

## b) Imposto de renda e contribuição social diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre os prejuízos fiscais, sobre a base negativa da contribuição social e sobre as diferenças temporárias apuradas entre o lucro contábil e o lucro tributável. As alíquotas desses impostos para determinação dos tributos diferidos são de 25% para o IRPJ e de 9% para a CSLL.

O IRPJ e a CSLL diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja provável que lucro futuro tributável esteja disponível para ser utilizado na compensação dos prejuízos fiscais, das bases negativas de contribuição social e das diferenças temporárias. Para determinação desse reconhecimento, a Companhia utiliza como parâmetros o disposto na Instrução CVM nº 371/02. Esta norma indica que os montantes a serem recuperados devem ser determinados com base em projeções de resultados tributáveis futuros, descontados a valor presente. Como qualquer estimativa, estas projeções são elaboradas e fundamentadas com base em premissas internas e em hipóteses para cenários econômicos futuros que podem, com o passar do tempo, sofrer alterações.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas Em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Composição do imposto de renda e contribuição social diferidos

	Controladora		Controladora		Consolidado
	2017	2016	2017	2016	
Imposto diferido ativo					
Demandas judiciais	33.802	34.550	33.802	34.550	
Provisão CDE	32.603	23.695	32.603	23.695	
Ágio a amortizar	22.860	26.835	22.860	26.835	
Valor justo de instrumentos financeiros Prejuízos fiscais e base negativa de contribuição	12.917	12.917	12.917	12.917	
social	51.237	25.583	52.327	25.583	
Agio reduzido ao valor recuperável de investimentos Tecsis	-	9.145	-	9.145	
Obrigação com benefícios a empregados (IAS 19)	1.133	7.940	4.891	12.946	
Outros	4.018	7.283	18.943	13.863	
Total do imposto diferido ativo	158.570	147.948	178.343	159.534	
Imposto diferido passivo					
Combinação de negócios	(219.986)	(175.444)	(219.986)	(175.444)	
Efeito da depreciação (contábil / fiscal)	(78.316)	(74.876)	(78.316)	(74.876)	
Tributos diferidos sobre mais valia	(61.585)	(70.093)	(61.585)	(70.093)	
Atualizações Monetárias	(2.927)	(3.248)	(2.927)	(3.248)	
Encargos capitalizados	(2.883)	(2.427)	(2.883)	(2.427)	
Total do imposto diferido passivo	(365.697)	(326.088)	(365.697)	(326.088)	
Compensações com o ativo	158.570	147.948	158.570	147.948	
Ativo tributário diferido	-	-	19.773	11.586	
Passivo tributário diferido líquido		<u> </u>	(207.127)	(178.140)	
Líquido Ativo (Passivo) de imposto diferido	(207.127)	(178.140)	-	=	

O prazo de recuperação dos tributos diferidos ativos da Companhia foi estimado de acordo com a realização de diversos eventos projetados e está dividido conforme a seguir:

	Controladora	Consolidado
2018	62.748	79.095
2019	20.037	20.591
2020	13.785	14.139
2021	12.277	12.631
2022	42.742	43.096
2023 em diante	6.981_	8.791
	158.570	178.343

A Companhia realiza anualmente estudo técnico de viabilidade relativo à expectativa de geração de lucros tributáveis futuros e, à medida que for provável que no futuro haverá lucros tributáveis suficientes para a realização do ativo fiscal diferido não contabilizado, a Companhia o registrará contabilmente. No exercício de 2017, a Companhia, baseada em projeção de resultados futuros contabilizou um ativo fiscal no montante de R\$ 35.500 correspondente a R\$ 9.269 de prejuízos fiscais e R\$ 26.231 de base negativa de contribuição social.

A Companhia ainda possui uma parcela de prejuízos fiscais não operacionais e base negativa de contribuição social para os quais ainda não foi reconhecido ativo fiscal diferido. O valor total destes prejuízos fiscais não operacionais é de R\$ 533.343 e da base negativa de contribuição social é de R\$ 275.998.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas Em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A Controlada Indupa Brasil possui prejuízos fiscais operacionais e base negativa de contribuição social para os quais ainda não foi reconhecido ativo fiscal diferido de R\$ 317.612 e R\$ 320.559, respectivamente.

# 22. Obrigações com benefícios aos empregados

	Controladora		Consolidado	
_	2017	2016	2017	2016
Plano de saúde	2.865	2.350	27.941	20.006
Benefícios rescisórios	-	19.765	15.296	37.010
Provisão para gratificação por tempo de serviço	469	1.238	1.285	2.353
Total	3.334	23.353	44.522	59.369

A Companhia e suas controladas patrocinam planos de benefícios definidos e contribuições definidas a seus empregados que tem como principal objetivo a complementação de benefícios assegurados e prestados pela Previdência Social

#### Planos de benefícios definidos

Os planos de benefícios definidos são calculados por atuários independentes, usando o método da unidade de crédito projetada. A avaliação atuarial é elaborada com base em premissas e projeções de taxa de juros, inflação, aumento dos benefícios futuros, contribuições de colaboradores ou de terceiros que reduzam o custo final desses benefícios para as patrocinadoras. A avaliação atuarial e suas premissas e projeções são atualizadas em bases anuais, ao final de cada exercício.

Através de seus planos de benefícios definidos, a Companhia e suas controladas estão expostas a uma série de riscos, sendo os mais significativos:

#### a) Volatilidade dos ativos

As obrigações dos planos são calculadas usando uma taxa de desconto que é estabelecida com base na rentabilidade de títulos privados ou do governo, na ausência de mercado ativo; caso os ativos do plano não atinjam essa rentabilidade, isso criará um déficit que necessitará de equacionamento.

#### b) Variação na rentabilidade dos títulos

Uma diminuição na rentabilidade de títulos privados ou governamentais resultará no aumento das obrigações do plano, embora essa variação seja compensada parcialmente por aumento no valor justo dos títulos detidos pelos planos.

#### c) Risco de inflação

Algumas obrigações dos planos de benefícios são vinculadas à inflação, sendo que uma inflação maior levará a um maior nível de obrigações. A maior parte dos ativos dos planos ou não são afetados ou tem uma pequena correlação com a inflação, o que significa que uma alta

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas Em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

de inflação resultará também em alta do déficit.

#### d) Expectativa de vida

A maioria das obrigações dos planos proporciona benefícios durante a vida do participante, de modo que o aumento na expectativa de vida resultará em um aumento nos passivos dos planos.

#### e) Hipóteses demográficas

As hipóteses demográficas levam em conta tábuas de mortalidade, invalidez e rotatividade e são estabelecidas pelos atuários de acordo com o perfil dos colaboradores.

#### Na Controladora

A Companhia oferece aos seus colaboradores um plano de previdência complementar que são executados pela Carboprev Sociedade de Previdência Privada ("Carboprev"), entidade de previdência complementar fechada dotada de autonomia administrativa.

#### a) Plano de contribuição definida

São custeados pelos participantes e pela patrocinadora e são administrados pela Carboprev. Durante o exercício de 2017, a Companhia contribuiu para esses fundos com R\$ 2.036 (R\$ 1.935 no exercício de 2016), sendo esse montante registrado como despesa. Uma vez pagas essas contribuições a Companhia não tem mais obrigações.

#### b) Planos de benefícios definidos

As principais hipóteses econômicas estão a seguir descritas:

_	2017	2016
Taxa de desconto nominal	10,58 % a.a.	11,52 % a.a.
Taxa de inflação de longo prazo	5,00 % a.a.	5,00 % a.a.
Taxa nominal do benefício	5,00 % a.a.	5,00 % a.a.

# c) Plano de aposentadoria

A quantidade de participantes beneficiários desse plano em 31 de dezembro de 2017 é de 102 (103 em 31 de dezembro de 2016). Atualmente o número de assistidos é de 94.

A movimentação do valor presente das obrigações atuariais durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2017 é demonstrada a seguir:

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas Em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A posição atuarial do plano em 31 de dezembro de 2017 e 2016 é a seguinte:

_	Controlad	
_	2017	2016
Valor presente das obrigações atuariais	56.331	56.167
Valor justo dos ativos	(75.020)	(66.195)
Superávit	(18.689)	(10.028)
Efeito do teto do ativo	18.689	10.028
Passivo atuarial líquido	<u> </u>	

Não se espera que o superávit apresentado traga benefícios econômicos e portanto a Companhia não pode reconhece-lo como um ativo atuarial líquido, de acordo com o CPC 33 (R1) – Benefícios a empregados.

A movimentação do valor presente das obrigações atuariais nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 é demonstrada a seguir:

		Controladora
	2017	2016
Obrigações atuariais no final do exercício anterior	56.167	47.957
Custo de serviço corrente	-	53
Custo financeiro	6.179	6.068
Perdas atuariais - experiência	(5.031)	1.669
Perdas/ ganhos atuariais - premissas financeiras	3.942	5.234
Benefícios pagos sobre ativos do plano	(4.926)	(4.814)
Saldo em 31 de dezembro	56.331	56.167

A movimentação do valor justo dos ativos do plano nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 é demonstrada a seguir:

		Controladora
	2017	2016
Valor justo dos ativos do plano no final do exercício anterior	66.195	57.587
Receitas de juros sobre os ativos do plano	6.289	5.787
Retorno esperado sobre os ativos do plano	7.343	7.368
Contribuições do empregador	119	267
Benefícios pagos	(4.926)	(4.814)
Saldo em 31 de dezembro	75.020	66.195

A movimentação do passivo atuarial líquido nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 é demonstrada a seguir:

		Controladora
_	2017	2016
Custo de serviço corrente e juros sobre ativo líquido	(8)	33
Contribuições da patrocinadora Efeitos de remensuração - ganhos atuariais e variação de teto do ativo	(119)	(267)
no período	127	234
Passivo atuarial líquido	<u> </u>	<u> </u>

As despesas de custos de serviço e financeiro e os ganhos e perdas atuariais desses benefícios reconhecidas no exercício de 2017 é de R\$ 8 e a projeção para o exercício seguinte é de receita atuarial de R\$ 8.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas Em 31 de dezembro de 2017 e 2016 (em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

#### d) Benefícios rescisórios - multa de FGTS

De acordo com a política de desligamento da Companhia, ocorria o desligamento compulsório dos colaboradores com regime de trabalho em horário administrativo quando atingisse a idade limite de 62 anos e com regime de trabalho em turnos ininterruptos de revezamento quando atingisse a idade limite de 60 anos. Nesses casos a política definia o pagamento de todas as verbas rescisórias normalmente pagas no desligamento, inclusive a multa rescisória do Fundo de Garantia do Tempo de Servico – FGTS.

Durante o primeiro trimestre de 2017, a Companhia implementou mudanças na sua política de desligamento de colaboradores, na qual não mais prevê o desligamento compulsório com limites de idade, motivo pelo qual reverteu a provisão de benefícios rescisórios no montante de R\$19.765, contabilizada no resultado do exercício de 2017 em outras receitas (despesas) operacionais, líquidas.

A movimentação do passivo atuarial desses benefícios nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 é apresentada a seguir:

		Controladora
	2017	2016
Obrigações atuariais no final do exercício anterior	19.765	16.665
Custo de serviço corrente, juros sobre passivo líquido	-	4.564
Contribuições da patrocinadora	-	(1.464)
Custo de serviço passado	(19.765)	-
	<u> </u>	19.765

#### e) Plano de Saúde

A Companhia oferece a seus colaboradores um benefício de saúde pós-aposentadoria de 2 anos, quando, de forma cumulativa ele tenha o seu contrato de trabalho rescindido e já esteja aposentado pela previdência oficial.

Esse benefício é contabilizado como uma obrigação pós-emprego com característica de benefício definido.

A quantidade de participantes beneficiários desse plano em 31 de dezembro de 2017 é de 430 (431 em 31 de dezembro de 2016). Atualmente o número de assistidos é de 37.

A movimentação do passivo atuarial desse benefício no exercício findo em 31 de dezembro de 2017 e 2016 é apresentada a seguir:

O--4--1--1--

		Controladora
	2017	2016
Obrigações atuariais no final do exercício anterior Custo de serviço corrente, juros sobre passivo líquido e	2.350	2.028
custo de serviço passado	335	309
Contribuições da patrocinadora Efeitos de remensuração - (ganhos)/perdas atuariais e	(538)	(586)
variação de teto do ativo no período	718	599
	2.865	2.350

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas Em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

As despesas de custos de serviço e financeiro desse benefício reconhecidas no exercício de 2017 é de R\$ 335 e a projeção para estas despesas no exercício seguinte é de R\$ 455.

Análise de sensibilidade dos benefícios definidos

		Impacto em R\$ mil efeito na obrigação 20	
Descrição da premissa	Avaliação do impacto	Plano de previdência	Plano de saúde
Taxa de desconto	Aumento de 0,5%	(2.244)	(116)
Taxa de desconto	Redução de 0,5%	2.465	126
Taxa de reajuste de benefício	Aumento de 0,5%	2.376	-
Taxa de reajuste de benefício	Redução de 0,5%	(2.182)	-
Taxa da inflação médica	Aumento de 1%	-	334
Taxa da inflação médica	Redução de 1%	-	(281)
Tábua de mortalidade (idade)	Aumento de +1	(1.556)	(150)
Tábua de mortalidade (idade)	Redução de -1	1.528	158

#### Na Indupa Brasil

#### a) Plano de contribuição definida

A controlada Indupa Brasil patrocina um plano de contribuição definida custeado pelos participantes e pela patrocinadora administrado pela MAPFRE Previdência S.A. Uma vez paga as contribuições a controlada não tem mais obrigações.

#### b) Planos de benefícios definidos

As principais hipóteses econômicas utilizadas para a avaliação anual em 31 de dezembro de 2017 e 2016 estão a seguir descritas:

	2017	2016
Taxa de desconto nominal	9,88 % a.a.	11,00 % a.a.
Taxa de inflação de longo prazo	4,60 % a.a.	4,85 % a.a.
Taxa de crescimento salarial futuro	5,53 % a.a.	7,94 % a.a.
Inflação médica	7,85 % a.a.	16,00 % a.a.

#### c) Plano de Saúde

A controlada oferece um plano de assistência pós-emprego para determinados colaboradores e ex-colaboradores aposentados. Esse benefício é contabilizado como uma obrigação pós-emprego com característica de benefício definido. A quantidade de participantes beneficiários desse plano em 31 de dezembro de 2017 é de 102, que atualmente é o mesmo número de assistidos (129 em 31 de dezembro de 2016). O passivo atuarial desse benefício em 31 de dezembro de 2017 é de R\$ 25.076 (R\$ 17.656 em 31 de dezembro de 2016).

#### d) Gratificações de tempo de casa

A controlada oferece a todos os seus colaboradores uma gratificação ao completarem 10 e 25 anos de trabalho. Essa gratificação é contabilizada como uma obrigação de benefício definido. A quantidade de participantes beneficiários desse plano em 31 de dezembro de 2017 é de 289

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas Em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

(280 em 31 de dezembro de 2016). O passivo atuarial em 31 de dezembro de 2017 é de R\$ 816 (R\$ 1.115 em 31 de dezembro de 2016).

#### e) Benefícios rescisórios

A controlada também proporciona um benefício de pensão e indenização no desligamento de alguns colaboradores específicos, na data de saída da empresa e que tem sua elegibilidade pela aposentadoria. A definição do montante do benefício está vinculado ao tempo de trabalho. Esse benefício é contabilizado como uma obrigação de benefício definido e o passivo atuarial em 31 de dezembro de 2017 é de R\$ 2.243 (R\$ 4.503 em 31 de dezembro de 2016).

A projeção de despesas de custos de serviço e financeiro, desses benefícios, para o exercício seguinte está descrita a seguir:

	2018
Plano de saúde	2.397
Outros Benefícios	287
Gratificação por tempo de casa	181
	2.865

#### Na Indupa Argentina

## a) Plano de contribuição definida

A controlada Indupa Argentina patrocina um plano de contribuição definida custeada pelos participantes e pela patrocinadora administrado pela BNP (*Fideicomiso Optimum*). Uma vez paga as contribuições a controlada não tem mais obrigações.

#### b) Plano de benefício definido

As principais hipóteses econômicas utilizadas para a avaliação anual em 31 de dezembro de 2017 e 2016 estão a seguir descritas:

_	2017	2016
Taxa de desconto nominal	15,23 % a.a.	21,54 % a.a.
Taxa de inflação de longo prazo	10,00 % a.a.	15,75 % a.a.
Taxa de crescimento salarial futuro	12,20 % a.a.	18,07 % a.a.

## c) Plano de benefício por desligamento, invalidez ou morte

A controlada proporciona um benefício de indenização em caso de desligamento, invalidez ou morte. Em caso de desligamento a elegibilidade é a partir dos 65 anos para homens e 60 para mulheres. O montante do benefício a ser pago em parcela única varia entre três a seis salários mensais dependendo do motivo da elegibilidade. A quantidade de participantes beneficiários desse plano em 31 de dezembro de 2017 é de 542 (555 em 31 de dezembro de 2016). Esse benefício é contabilizado como uma obrigação de benefício definido e o passivo atuarial em 31 de dezembro de 2017 é de R\$ 13.127 (R\$ 12.742 em 31 de dezembro de 2016). A projeção de despesas de custos de serviço e financeiro desse plano de benefício para o exercício seguinte é de R\$ 2.785.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas Em 31 de dezembro de 2017 e 2016 (em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

#### 23. Capital social

#### a) Capital autorizado

A Companhia está autorizada a aumentar o capital social, independentemente de reforma estatutária, por deliberação de seu Conselho de Administração, até o valor de R\$ 840.000.

#### b) Capital subscrito e integralizado

O capital subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2017 e 2016 é de R\$ 384.331 composto por ações nominativas escriturais, com a seguinte distribuição:

Ações preferenciais Classe B	53.109
_	83.550

#### c) Direitos das ações

As ações ordinárias têm direito a voto nas deliberações sociais. As ações preferenciais Classe A têm direito ao recebimento de dividendo mínimo prioritário de 10% ao ano sobre a parcela de capital social constituída por essa classe de ação, dividendo a ser entre elas rateado igualmente, sendo assegurado que tais dividendos não serão inferiores a 110% do atribuído a cada ação ordinária.

As ações preferenciais Classe B têm prioridade no reembolso do capital, sem prêmio, no caso de liquidação da Companhia, e recebimento de um dividendo 10% maior do que o atribuído a cada ação ordinária.

Todas as ações participam em igualdade de condições na distribuição de bonificações em ações decorrentes da capitalização de reservas e/ou de lucros.

#### d) Ações em tesouraria

A Companhia possui 2.921.547 ações em tesouraria com valor contábil correspondente a R\$ 14.879 e valor de mercado em 31 de dezembro de 2017 de R\$ 46.387 (R\$ 20.076 em 31 de dezembro de 2016).

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas Em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

#### 24. Reservas de lucros

Em 31 de dezembro de 2015	Reserva legal 27.523	Reserva Especial para Dividendos 27.523	Reserva de retenção de lucros	Reserva para investimento 101.676	Reserva de Lucros à Realizar 258.616	<b>Total</b> 480.839
Reversão de Dividendos Prescritos						
e não Reclamados	-	-	-	207	-	207
Constituição de Reservas	14.042	14.042	-	186.053	39.769	253.906
Realização de Reservas	<u>-</u>				(4.251)	(4.251)
Em 31 de dezembro de 2016	41.565	41.565	65.501	287.936	294.134	730.701
Reversão de Dividendos Prescritos						
e não Reclamados	-	-	-	359	-	359
Dividendos intermediários	-	-	(65.501)	(42.934)	(254.365)	(362.800)
Constituição de Reservas	15.133	15.133	-	200.510	-	230.776
Realização de Reservas					(19.229)	(19.229)
Em 31 de dezembro de 2017	56.698	56.698		445.871	20.540	579.807

Os saldos das reservas de lucros, exceto para contingências, incentivos fiscais e lucros a realizar não poderão ultrapassar o valor do capital social.

#### a) Reserva legal

Constituída à base de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social até atingir o limite de 20% do capital social, de acordo com a legislação societária.

#### b) Reserva especial para dividendos - estatutária

Constituída com base no estatuto social da Companhia, à base de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social, que não poderá exceder 20% do capital social e tem por finalidade assegurar fluxo regular de dividendos e possibilitar, se aplicável, o pagamento antecipado do dividendo obrigatório. Eventuais reversões devido ao pagamento antecipado de dividendo obrigatório devem ser recompostas.

#### c) Reserva para investimentos – estatutária

Criada no exercício de 2014, a reserva para investimentos está prevista no estatuto social e tem por finalidade assegurar a realização de investimentos de interesse da Companhia, bem como reforçar seu capital de giro.

#### d) Reserva de lucros a realizar

Reserva constituída com base em lucros não realizados de acordo com a legislação societária. Nos exercícios de 2013 e 2016, foram apurados lucros não realizados decorrentes de combinação de negócios.

A realização desta reserva ocorre conforme a depreciação, amortização ou pela realização efetiva dos ativos decorrentes da combinação de negócios.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas Em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A movimentação da reserva de lucros a realizar no exercício de 2016 e 2017 foi a seguinte:

Saldo em 31 de dezembro de 2015	258.616
Realização da reserva em 2016	
Efeitos de depreciação e amortização de mais valia de ativos	(6.439)
Efeitos de baixa de mais valia de ativos	(2)
IRPJ e CSLL sobre as realizações acima	2.190
Total realizado	(4.251)
Constituição de reservas 2016	
Lucro líquido do exercício	280.836
Reserva legal	(14.042)
Lucro líquido ajustado	266.794
Dividendos calculados sobre o lucro ajustado	66.699
Lucro líquido realizado (1)	(26.930)
Constituição de reservas de lucros a realizar	39.769
Saldo em 31 de dezembro de 2016	294.134
Realização da reserva em 2017	
Efeitos de depreciação e amortização de mais valia de ativos	(19.229)
Dividendos intermediários	(254.365)
Saldo em 31 de dezembro de 2017	20.540

## (1) O lucro líquido realizado em 2016 é demonstrado a seguir:

Lucro líquido do exercício	280.836
Ganho por compra vantajosa	(516.010)
Parcela recebida incluída em ganho por compra vantajosa	25.383
IRPJ e CSLL sobre ganho por compra vantajosa	175.444
Equivalência patrimonial - Tecsis	75.431
Parcela da equivalência realizada	(53.017)
Baixa Mais Valia de ativos e ágio Tecsis	58.883
IRPJ e CSLL sobre Baixa Mais Valia de ativos e ágio Tecsis	(20.020)
Lucro líquido realizado do exercício de 2016	26.930
	-

#### e) Reserva de retenção de lucros

Constituída mediante a retenção do lucro líquido, após constituição de outras reservas e pagamento de dividendos, com a finalidade de fazer jus ao orçamento de capital proposto pela Administração e aprovado pela Assembleia Geral de Acionistas.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas Em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

# 25. Receita operacional líquida

_		Controladora		Consolidado
	2017	2016	2017	2016
Receita bruta de vendas		_	_	
Mercado interno	1.269.132	1.161.584	3.452.041	1.161.584
Mercado externo	9.498	1.581	264.249	1.581
	1.278.630	1.163.165	3.716.290	1.163.165
Deduções da receita bruta				
ICMS	(184.460)	(172.313)	(430.133)	(172.313)
COFINS	(88.971)	(81.331)	(225.958)	(81.331)
PIS	(19.316)	(17.657)	(45.220)	(17.657)
Restituições referentes a exportação	-	=	12.288	-
Impostos incidentes sobre vendas e abatimentos	(1.649)	(2.158)	(7.675)	(2.158)
Receita líquida de vendas	984.234	889.706	3.019.592	889.706

# 26. Despesas por natureza

		Controladora		Consolidado
	2017	2016	2017	2016
Matérias-primas, insumos e materiais de uso e consumo Despesa com salários, honorários, benefícios e	(302.301)	(334.336)	(1.494.978)	(334.336)
encargos a empregados e administradores	(126.060)	(129.763)	(409.156)	(129.763)
Encargos de depreciação e amortização	(68.880)	(50.728)	(145.102)	(50.728)
Serviços de terceiros	(66.086)	(50.092)	(195.309)	(50.092)
Despesas com fretes de vendas	(58.361)	(58.995)	(145.859)	(58.995)
Outras	(41.248)	(36.470)	(97.382)	(36.470)
	(662.936)	(660.384)	(2.487.786)	(660.384)
Custo dos produtos vendidos	(486.371)	(502.216)	(2.114.627)	(502.216)
Despesas com vendas	(58.361)	(58.995)	(175.040)	(58.995)
Despesas administrativas	(118.204)	(99.173)	(198.119)	(99.173)
	(662.936)	(660.384)	(2.487.786)	(660.384)

# 27. Resultado com desinvestimento - Tecsis

	Controladora			Consolidado
	2017	2016	2017	2016
Reversão de provisão com perdas	110.203	-	110.203	-
Perda financeira com debêntures	(55.000)	-	(55.000)	-
Amortização de ágio Realização de resultados abrangentes de	(55.000)	-	(55.000)	-
exercícios anteriores	(16.432)	-	(16.432)	-
Perdas no primeiro trimestre de 2017	(10.804)	<u> </u>	(10.804)	<u>-</u>
	(27.033)	<u> </u>	(27.033)	

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas Em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

# 28. Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas

	Controladora		Consolidad	
	2017	2016	2017	2016
Provisão para demandas judiciais	(7.193)	(41.985)	(15.592)	(41.985)
Amortização - Redução ao valor recuperável	-	(58.883)	-	(58.883)
Reversão da provisão atuarial - Multa FGTS e Aviso				
Prévio	19.765	=	19.765	-
Reversão de Provisão para Passivo Ambiental	-	-	740	-
Provisão para reestruturação (Nota 19)	-	=	(65.800)	-
Outras receitas (despesas) operacionais	(1.617)	(667)	(14.857)	(667)
Total de outras receitas (despesas) operacionais	10.955	(101.535)	(75.744)	(101.535)

## 29. Resultado financeiro

		Controladora		Consolidado
	2017	2016	2017	2016
Receita financeira Receitas de equivalentes de caixa e TVM Variações cambiais e monetárias ativas Outras receitas	25.830 1.755 2.252 29.837	28.788 3.658 1.060 33.506	35.295 31.351 8.869 75.515	28.788 3.658 1.060 33.506
Despesa financeira Juros e demais encargos sobre empréstimos e financiamentos Variações cambiais e monetárias passivas Redução ao valor recuperável de Debêntures Outras despesas financeiras	(51.650) (7.699) - (3.948) (63.297)	(75.599) (14.791) (37.990) (4.885) (133.265)	(100.153) (43.107) - (26.091) (169.351)	(75.599) (14.791) (37.990) (4.885) (133.265)
Resultado financeiro líquido	(33.460)	(99.759)	(93.836)	(99.759)

# 30. Resultado por ação - básico

O resultado básico por ação é calculado pela divisão entre o resultado atribuível aos acionistas e a quantidade média ponderada de ações durante o exercício, excluindo as ações em tesouraria, nota 23 (d). Não há efeito diluitivo no resultado atribuível aos acionistas.

					2017
				Quantidade de	
Tipo de ação	Lucro atribuído aos acionistas	Quantidade de ações (em milhares)	Ações em tesouraria (em milhares)	ações, exceto as em tesouraria (em milhares)	Lucro por ação (R\$ por ação)
Ações Ordinárias	97.763	27.850	(98)	27.752	3,5227
Ações Preferenciais Classe A	10.038	2.591	-	2.591	3,8750
Ações Preferenciais Classe B	194.856	53.109	(2.824)	50.285	3,8750
Total	302.657	83.550	(2.922)	80.628	
					2016
Tipo de ação	Lucro atribuído aos acionistas	Quantidade de ações (em milhares)	Ações em tesouraria (em milhares)	Quantidade de ações, exceto as em tesouraria (em milhares)	Lucro por ação (R\$ por ação)
Ações Ordinárias	90.715	27.850	(98)	27.752	3,2687
Ações Preferenciais Classe A	9.315	2.591	` -	2.591	3,5956
Ações Preferenciais Classe B	180.806	53.109	(2.824)	50.285	3,5956
Total	280.836	83.550	(2.922)	80.628	

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas Em 31 de dezembro de 2017 e 2016 (em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

#### 31. Dividendos

Conforme artigo 34 do estatuto social da Unipar, a Companhia distribuirá como dividendo obrigatório, em cada exercício social, 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76. Os cálculos dos dividendos para os exercícios de 2017 e 2016, assim como as demais destinações do lucro líquido do exercício, são demonstrados a seguir:

#### a) Dividendos propostos do exercício

	2017	2016
Lucro líquido ao final do exercício	302.657	280.836
(-) Constituição de reserva legal - Nota 24 (a)	(15.133)	(14.042)
Lucro líquido realizado	287.524	266.794
Dividendos mínimos obrigatórios (25% do lucro líquido ajustado)	71.881	66.699
Constituição de reserva de lucros a realizar - Nota 24 (d)	-	(39.769)
Reversão (constituição) de reserva de lucros a realizar - Nota 24 (d)	19.229	4.251
Dividendos propostos	91.110	31.181

#### b) <u>Dividendos a pagar</u>

	2017	2016
Saldo Inicial	33.962	26.826
Pagamentos	(32.047)	(23.838)
Reversão de dividendos prescritos e não reclamados	(359)	(207)
Dividendos intermediários	362.800	-
Dividendos intermediários pagos no ano	(355.318)	=
Dividendos propostos	91.110	31.181
Saldo final	100.148	33.962

Em 24 de julho de 2017 o Conselho de Administração aprovou a distribuição de dividendos intermediários no valor total de R\$ 362.800 às contas de reservas de lucros, sendo 72,2% pagos em agosto e 27,8% pagos em dezembro de 2017.

As ações preferenciais classe A tem prioridade no recebimento de dividendos. Essa classe de ações recebe a totalidade dos dividendos até o limite equivalente a 10% de rendimento sobre a parcela do capital social constituída por esta classe de ações. Ultrapassado este limite, as demais classes de ações passam a receber dividendos, sendo que as ações preferenciais classe A sempre devem receber, no mínimo, 10% a mais de dividendos do que as ações ordinárias.

Ultrapassado o limite de pagamento mínimo de dividendos às ações preferenciais classe A, as ações preferenciais classe B e ordinárias passam a receber dividendos. Neste caso, os dividendos pagos às ações preferenciais classe B devem ser 10% superiores aos dividendos pagos às ações ordinárias.

Seguindo as regras estatutárias, os dividendos por ação propostos a cada classe são os seguintes:

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas Em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Dividendos propostos por tipo de ação

Tipo de ação	Dividendo por ação
ON	1,06
PNA	1,17
PNB	1,17

# 32. Cobertura de seguros

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria das demonstrações financeiras, consequentemente não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

#### 33. Gestão de risco e instrumentos financeiros

#### Fatores de risco financeiro

As atividades da Companhia e de suas controladas as expõem a diversos riscos financeiros: risco de mercado, risco de crédito e risco de liquidez. O programa de gestão de risco da Unipar se concentra na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Companhia e de suas controladas

A gestão de risco financeiro é realizada pela tesouraria da Companhia, sendo as politicas obrigatoriamente aprovadas pelo Conselho de Administração. Toda e qualquer operação de *hegde* ou outra operação que envolva a contratação de instrumentos derivativos, identificada pela tesouraria, com o intuito de proteger a Companhia e suas controladas contra eventuais riscos financeiros, deverá ser aprovada pelo Conselho de Administração.

#### 33.1. Risco de mercado

A Companhia e suas controladas estão expostas a riscos de mercado decorrentes das atividades de seus negócios. Esses riscos de mercado envolvem principalmente a possibilidade de flutuações na taxa de câmbio, e mudanças de taxa de juros.

#### a) Risco de taxa de juros

Risco de taxa de juros é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue de forma relevante devido às variações nas taxas de juros de mercado. A exposição da Companhia e suas controladas ao risco de mudanças nas taxas de juros de mercado refere-se, principalmente, às taxas de juros de suas aplicações financeiras e de seus empréstimos e financiamentos.

Os financiamentos com juros indexados ao TJLP captados junto ao BNDES, com a finalidade de aumento de capacidade de produção, melhoria das instalações e aquisições de máquinas e equipamentos, são compreendidos pela administração da Companhia como risco de volatilidade baixa.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas Em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Os demais indexadores que a Administração entende que apresentam maiores riscos de exposição a taxa de juros em 31 de dezembro de 2017 e 2016, e estão de acordo com a Política de Gestão de risco financeiro estão demonstrados a seguir de forma líquida:

		Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016	
Exposição líquida de ativos e passivos à					
taxa CDI					
Equivalentes de caixa	10.013	66.983	20.161	66.983	
Aplicações financeiras	169.441	89.261	311.230	96.612	
Empréstimos e financiamentos	(603.788)	(445.351)	(631.331)	(445.351)	
Total	(424.334)	(289.107)	(299.940)	(281.756)	
Exposição líquida de ativos e passivos à taxa SELIC Empréstimos e financiamentos Total	(9.226) (9.226)	(8.978) (8.978)	(9.226) (9.226)	(8.978) (8.978)	
Exposição líquida de ativos e passivos à taxa BADLAR					
Empréstimos e financiamentos	-	-	(707)	(1.402)	
Total	-	-	(707)	(1.402)	

#### Análise de sensibilidade

Para fins de análise de sensibilidade dos riscos de taxas de juros a Companhia utilizou nas transações indexadas a SELIC, CDI e BADLAR, as taxas válidas para o dia 31 de dezembro de 2017.

A análise foi feita para o horizonte de três meses e é exposta a variação no resultado considerando as exposições líquidas informadas.

Os cenários I e II foram estimados com uma deterioração de 25% e 50%, respectivamente, em relação à expectativa provável, conforme demonstrado a seguir:

Controladora		Taxa	Cenário Provável		Taxa Cenário			deterioração 25%		nário II Ição de 50%
Exposição de contratos	Risco	Cenário Atual	Taxa	Efeito no resultado	Taxa	Efeito no resultado	Taxa	Efeito no resultado		
CDI	Aumento/ (Redução) Aumento/	6,89%	6,89%	-	8,61%	(1.370)	10,34%	(2.762)		
SELIC	(Redução)	6,90%	6,90%	-	8,63%	(71)	10,35%	(141)		
	, , ,					(1.441)		(2.903)		
Consolidado	<u></u>	Taxa	Cenário	o Provável				nário II <u>ição de 50%</u>		
Consolidado Exposição de	<del>_</del>	Taxa Cenário	Cenário	o Provável Efeito no		,	deteriora	ção de 50% Efeito no		
contratos	Risco	Atual	Taxa	resultado	Taxa	resultado	Taxa	resultado		
CDI	Aumento/ (Redução) Aumento/	6,89%	6,89%	-	8,61%	(899)	10,34%	(2.371)		
SELIC	(Redução) Aumento/	6,90%	6,90%	-	8,63%	(71)	10,35%	(141)		
BADLAR	(Redução)	23,56%	23,56%		29,45%	(38)	35,34%	(76)		
						(1.008)		(2.588)		

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas Em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

#### b) Risco cambial

A Companhia e suas controladas estão suscetíveis a este risco em virtude dos efeitos da volatilidade da taxa de câmbio sobre ativos e passivos atrelados a moedas estrangeiras. O risco cambial refere-se principalmente às variações do dólar norte-americano.

A estratégia para o gerenciamento do risco de variação cambial é defensiva, tratando de proteger os resultados financeiros e os fluxos de caixa contra os movimentos adversos das taxas de câmbio. Como controle interno, a Tesouraria informa periodicamente à Diretoria sobre as posições e exposições ao câmbio, tanto para ativos e passivos originalmente indexados à moedas estrangeiras quanto para instrumentos derivativos contratados. A Companhia gerencia o risco de variação cambial através do monitoramento de taxas de câmbio e curvas de mercado.

A Companhia entende que os dados quantitativos referentes ao risco de exposição cambial em 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016 demonstrados a seguir, estão de acordo com a Política de Gestão de risco financeiro e são representativas da exposição incorrida durante o período.

		Controladora	Consolidado		
	2017	2016	2017	2016	
Exposição líquida de ativos e passivos ao					
US\$ (Dólar Americano)					
Equivalentes de caixa	-	130.776	14.971	210.146	
Empréstimos de curto e longo prazo	-	(4.378)	(58.972)	(4.378)	
Débito com terceiros	-	-	(452.819)	(444.584)	
Contas a receber de clientes	205	-	73.133	55.239	
Outros ativos circulantes	-	-	60.723	16.960	
Fornecedores	(722)	(626)	(79.160)	(55.659)	
Outros passivos circulantes	-	-	-	(3.630)	
Total	(517)	125.772	(442.124)	(225.906)	

#### Análise de sensibilidade

Para fins de análise de sensibilidade nas transações que envolvem exposição à variação cambial, a Companhia utilizou a taxa PTAX Venda válida para 31 de dezembro de 2017, divulgada no Banco Central.

Os cenários I e II foram estimados com uma deterioração de 25% e 50%, respectivamente, em relação à expectativa provável, conforme demonstrado a seguir:

#### Exposição líquida de ativos e passivos ao US\$ (Dólar Americano)

Controladora			Cená	ário Provável	Cenário I det	erioração de 25%	Cenário II	deterioração de 50%
Exposição R\$	Risco	Câmbio atual	Câmbio	Efeito no resultado	Câmbio	Efeito no resultado	Câmbio	Efeito no resultado
Exposição Líquida	Aumento/ (Redução)	3,2697	3,2697	<u>-</u>	4,0871	(453) (453)	4,9046	(905) (905)
Consolidado			Cená	ário Provável	Cenário I det	erioração de 25%	Cenário II	deterioração de 50%
Exposição R\$	Risco	Câmbio atual	Câmbio	Efeito no resultado	Câmbio	Efeito no resultado	Câmbio	Efeito no resultado
Exposição Líquida	Aumento/ (Redução)	3,2697	3,2697	<u>-</u>	4,0871	(123.610) (123.610)	4,9046	(247.219)

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas Em 31 de dezembro de 2017 e 2016 (em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

#### 33.2. Risco de crédito

O risco de crédito é o risco de a contraparte de um negócio não cumprir uma obrigação prevista em um instrumento financeiro ou contrato, o que levaria a prejuízo financeiro.

A Companhia e suas controladas estão expostas ao risco de crédito principalmente em relação as suas aplicações financeiras e suas contas a receber de clientes.

Depósitos bancários à vista e investimentos de curto prazo de alta liquidez classificados como equivalentes de caixa são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

Todos os ativos financeiros da Companhia e suas controladas estão em entidades de primeira linha em relação a risco de crédito.

As contas a receber de clientes representam valores devidos pelos clientes da Unipar e suas controladas, relacionados à venda de seus produtos. O risco sobre estes montantes é determinado por meio da aplicação das políticas internas da Companhia. Quando o risco de crédito é considerado alto, constitui-se provisão para créditos de liquidação duvidosa.

#### 33.3. Risco de liquidez

É o risco da Companhia não possuir recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos.

Para administrar a liquidez do caixa em moeda nacional e estrangeira, são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitoradas diariamente pela área de tesouraria.

A tabela a seguir analisa os passivos financeiros não derivativos da Companhia e os passivos financeiros derivativos a serem liquidados pela Companhia, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento.

Os passivos financeiros derivativos estão incluídos na análise se seus vencimentos contratuais forem essenciais para um entendimento dos fluxos de caixa temporários.

Os valores divulgados no quadro abaixo apresenta o valor justo dos passivos financeiros da Companhia de acordo com os respectivos vencimentos:

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas Em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Menos de um ano	Entre um e dois anos	Entre dois e cinco anos	Acima de cinco anos
Controladora				
Em 31 e dezembro de 2017				
Empréstimos	239.403	239.791	147.713	-
Fornecedores	34.714	-	-	-
Em 31 e dezembro de 2016				
Empréstimos	206.320	109.154	159.651	-
Fornecedores	35.855	-	-	-
Consolidado				
Em 31 e dezembro de 2017				
Empréstimos	437.279	251.481	151.608	-
Débito com terceiros	170	-	181.064	271.596
Fornecedores	212.142	-	-	-
Em 31 e dezembro de 2016				
Empréstimos	327.197	110.603	164.085	-
Débito com terceiros	1.148	-	-	443.436
Fornecedores	274.473	-	-	-

## 33.4. Gestão do capital

A Companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira relacionado com o capital total.

A dívida líquida corresponde ao total de empréstimos (incluindo empréstimos de curto e de longo prazo), subtraído do montante de caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras. O capital total é apurado através da soma da dívida líquida com o patrimônio líquido demonstrado no balanço patrimonial.

Os índices de alavancagem financeira em 31 de dezembro de 2017 e 2016, podem ser assim demonstrados:

		Controladora	Consol		
	2017	2016	2017	2016	
Total dos empréstimos (Nota 15)	626.907	475.125	840.368	601.885	
Menos - caixa e equivalentes de caixa (Nota 5)	49.474	197.832	78.559	383.346	
Menos – aplicações financeiras (Nota 6)	181.454	89.261	323.243	96.612	
(Dívida líquida) Ativos financeiros líquidos	(395.979)	(188.032)	(438.566)	(121.927)	
Total do patrimônio líquido (1)	990.925	1.081.748	990.925	1.081.748	
Total do capital	1.386.904	1.269.780	1.429.491	1.203.675	
Índice de alavancagem financeira - %	28,55	14,81	30,68	10,13	

<sup>(1)</sup> Participação no patrimônio líquido atribuível aos controladores.

#### 33.5. Estimativa do valor justo

Pressupõe-se que os saldos das contas a receber de clientes (menos a perda por *impairment*) e contas a pagar aos fornecedores pelo valor contábil, esteja próxima de seus valores justos. O valor justo dos passivos financeiros, para fins de divulgação, é estimado mediante o desconto dos fluxos de caixa contratuais futuros pela taxa de juros vigente no mercado, que está disponível para a Companhia para instrumentos financeiros similares.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas Em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A Companhia e suas controladas aplicam regras de hierarquização para avaliação dos valores justos de seus instrumentos financeiros, o que requer a divulgação das mensurações do valor justo pelo nível da seguinte hierarquia:

- Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos (nível 1).
- Informações, além dos preços cotados, incluídas no nível 1 que são adotadas pelo mercado para o ativo ou passivo, seja diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, derivados dos preços) (nível 2).
- Inserções para os ativos ou passivos que não são baseadas nos dados adotados pelo mercado (ou seja, inserções não observáveis) (nível 3).

Os instrumentos financeiros detidos pela Companhia, que são mensurados a valor justo, foram, em todos os períodos apresentados nessas demonstrações financeiras, precificados com base na hierarquia descrita no nível 2 acima.

Todas as operações com instrumentos financeiros estão reconhecidas nas demonstrações financeiras da Companhia e suas controladas, dadas suas características de curto prazo, são próximas ao seu valor justo.

	Notas	Controladora			Consolidado
		2017	2016	2017	2016
Ativos					
Valor justo					
Caixa e equivalente de caixa Aplicações financeiras - Fundos de	5	49.474	197.832	78.559	383.346
Investimentos	6	169.441	89.261	311.230	89.261
Custo amortizado					
Aplicações financeiras - CDBs Aplicações financeiras - Títulos de	6	10.013	-	10.013	7.351
Capitalização	6	2.000	-	2.000	-
Contas a receber		102.960	88.688	459.922	375.818
Total		333.888	375.781	861.724	855.776
Passivos					
Valor justo					
Custo amortizado					
Empréstimos	15	(626.907)	(475.125)	(840.368)	(601.885)
Débito com terceiros	20	-	-	(452.830)	(444.584)
Fornecedores		(34.681)	(35.855)	(213.015)	(274.473)
Energia elétrica	16	(107.322)	(83.962)	(186.253)	(167.656)
Outros passivos	-	(4.736)	(7.828)	(59.729)	(27.504)
Total		(773.646)	(602.770)	(1.752.195)	(1.516.102)

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas Em 31 de dezembro de 2017 e 2016 (em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

# 34. Informações adicionais às demonstrações dos fluxos de caixa e do resultado abrangente

a) Transações ocorridas sem desembolso de caixa

	Controladora e Consolidado	
	2017	2016
Aquisição adicional de participação na Indupa Argentina reembolsada pela Solvay Vinyls Holding AG	50.477	-